



**GUIA DE ORIENTAÇÕES
PARA O PROGRAMA**

DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS



Realização

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Joaquin Gonzalez-Aleman, Representante do UNICEF no Brasil
Layla Saad, Representante adjunta para Programas do UNICEF no Brasil
Gregory Bulit, Chefe de WASH, Clima, Meio Ambiente e Desastres

Parceria

Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos,
Diversidade e Inclusão – SECADI

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – CEMADEN
Programa Cemaden Educação

Coordenação

Isabele Villwock Bachtold

Elaboração de Texto

Ingrid Ferreira Lima
Isabele Villwock Bachtold

Revisão Técnica

Ana Carolina Fonseca
Cynthia Elena Ramos
Jeniffer de Souza Faria
Loiane Souza
Rachel Trajber
Regiane Cristine de Oliveira Moraes
Regina Panceri
Rejane Lucena
Silvana Neuza Pereira Canario
Viviane Vazzi Pedro

Grupo de Trabalho para a elaboração deste Guia (PORTARIA Nº 2.064, DE 22 DE JUNHO DE 2026)

Bruno Peixinho
Rachel Trajber
Regiane Cristine de Oliveira Moraes
Regina Panceri
Rejane Lucena
Silvana Neuza Pereira Canario
Valdite Leão
Viviane Vazzi Pedro

Edição

Vicente Cardoso Junior

Projeto Gráfico e diagramação

André Poletto e Mário Kanno

Infografias e ilustrações

Mário Kanno

ORIENTAÇÕES PARA REPRODUÇÃO DE CONTEÚDO

O UNICEF incentiva o uso de seus estudos, pesquisas e relatórios para fins educacionais e informativos, mas todas as publicações da organização estão protegidas por leis e regulamentos de direitos autorais. Os conteúdos podem ser reproduzidos para fins não comerciais, por organizações governamentais e não governamentais, instituições educacionais e de pesquisa e indivíduos que trabalham sem fins lucrativos, desde que citando os créditos do UNICEF.

GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA O PROGRAMA DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS

unicef 
para cada criança

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
AVAMEC	Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Cemaden	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
Cenad	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
CEPED	Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres
COMPDEC	Comitê/Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil
COM-VIDA	Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola
Conpdec	Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
Conviva SP	Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar
CSSF	Estrutura de Segurança Escolar Abrangente
EaD	Educação a distância
ERRD	Educação para a Redução de Riscos de Desastres
ET-ECAPI	Estratégia de Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Funcap	Fundo Especial para Calamidades Públicas
GADRRRES	Aliança Global para a Redução do Risco de Desastres e Resiliência no Setor da Educação
Geacap	Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas
ICM	Indicador de Capacidade Municipal em Proteção e Defesa Civil
Idap	Interface de Divulgação de Alertas Públicos
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
MCR2030	Construindo Cidades Resilientes 2030
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Nepdec	Núcleo Escolar de Proteção e Defesa Civil
NUCA	Núcleo de Cidadania de Adolescentes
Nupdec	Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil
ONU	Organização das Nações Unidas
PDCE	Programa Defesa Civil nas Escolas
PDN	Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e Redução de Riscos
Plancon	Plano de contingência
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PN-PDC	Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
S2iD	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
SACE	Sistema de Alerta de Eventos Críticos
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Sedec	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SGB	Serviço Geológico do Brasil
Sindec	Sistema Nacional de Defesa Civil
Sinpdec	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

CARTA DE APRESENTAÇÃO

No Brasil, milhões de crianças e adolescentes vivem em territórios sujeitos a diferentes riscos relacionados a desastres e às mudanças climáticas. Esses eventos podem interromper trajetórias educacionais, afetar a saúde e o bem-estar e aprofundar desigualdades que já impactam de forma desproporcional crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade. Diante desse cenário, fortalecer a capacidade de prevenir riscos e de se preparar para situações de emergência é também uma forma de garantir direitos e proteger o desenvolvimento de meninas e meninos.

A educação tem um papel estratégico nesse esforço. A escola é um espaço privilegiado para que crianças e adolescentes desenvolvam conhecimentos e habilidades para reconhecer os riscos presentes em seus territórios, adotar atitudes de autoproteção e participar da construção de soluções. Ao mesmo tempo, a escola pode mobilizar famílias e comunidades e contribuir para fortalecer capacidades coletivas de prevenção, preparação e resposta.

É nesse contexto que, pela primeira vez, a estratégia do Selo UNICEF incorpora a gestão e a redução de riscos de desastres como parte de um de seus eixos de atuação. Esse avanço reconhece que proteger os direitos de crianças e adolescentes exige também desenvolver ações nos territórios onde vivem, estudam e se desenvolvem. Entre as iniciativas que os municípios podem implementarestá o Programa Defesa Civil nas Escolas, que aproxima as políticas de educação e de proteção e defesa civil e cria oportunidades para que a prevenção e a preparação façam parte do cotidiano das comunidades escolares.

Este Guia de Orientações para o Programa Defesa Civil nas Escolas foi elaborado para apoiar os municípios nessa jornada. A publicação reúne e organiza aprendizados acumulados ao longo de anos de experiências desenvolvidas em diferentes estados e municípios brasileiros, que vêm buscando aproximar a Proteção e Defesa Civil das escolas e incorporar a redução de riscos, a preparação, a autoproteção e a resiliência aos processos educativos. Esperamos que este material seja uma ferramenta prática para gestores, profissionais da educação, agentes de proteção e defesa civil e demais atores envolvidos na proteção de crianças e adolescentes.

O UNICEF agradece à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MIDR), ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC) pela parceria e pelas contribuições fundamentais para a elaboração deste Guia.

Esperamos que esta publicação apoie cada município na construção de uma cultura de prevenção, proteção e resiliência, colocando crianças e adolescentes no centro dos esforços de redução de riscos de desastres.

Joaquin Gonzalez-Aleman
Representante do UNICEF no Brasil

SUMÁRIO

Introdução 6

Conceitos fundamentais e marcos teóricos.....9

 Você sabe a diferença entre riscos de desastres e desastres? 9

 Riscos de desastres 9

 Desastres 11

 Qual é o papel da área de Proteção e Defesa Civil? 14

 Ciclo de gestão de riscos e desastres 16

 Proteção e Defesa Civil no Brasil 18

 Escolas seguras e resilientes: o papel da educação na gestão de riscos e desastres 20

 Estrutura de Segurança Escolar Abrangente 20

 Escolas Sustentáveis e Resilientes: a contribuição do Cemaden 22

 Instrumentos formais e orientadores 24

Programa Defesa Civil nas Escolas (PDCE) 28

 O que é o PDCE? 28

 Caso de destaque: o Programa Defesa Civil na Escola de Santa Catarina 29

 Início e projeto-piloto 29

 Da experiência-piloto à política pública estadual 29

 Estrutura e funcionamento do programa..... 30

 Formação de professores e gestores municipais 30

 O papel do NEPDEC 31

 Recursos técnico-pedagógicos 31

 Lições aprendidas 32

Modalidades de atuação do PDCE 33

Passo a passo para implementação do PDCE 67

 Níveis de implementação do PDCE 68

 Nível 1 – Como começar? 70

 Nível 2 – Estruturação inicial..... 71

 Nível 3 – Consolidação do PDCE.....73

 Nível 4 – Institucionalização e sustentabilidade 74

 Desafios identificados durante a implementação.....76

 Engajamento e apropriação pelas escolas 76

 Integração ao planejamento pedagógico e à rotina escolar 76

 Aplicação do conhecimento em práticas concretas de prevenção e preparação 76

 Coordenação intersetorial e governança do programa 77

 Sustentabilidade institucional e continuidade das ações 77

 Adequação às realidades territoriais e aos diferentes públicos 77

 Desigualdades nas capacidades municipais.....77

Escuta e participação de crianças e adolescentes 78

 Por que escutar crianças e adolescentes 78

 Consulta com adolescentes para a construção deste guia 78

 O que a consulta com os adolescentes revelou.....79

 Como incorporar as contribuições no planejamento do PDCE 80

Considerações finais 82

Referências 84

INTRODUÇÃO

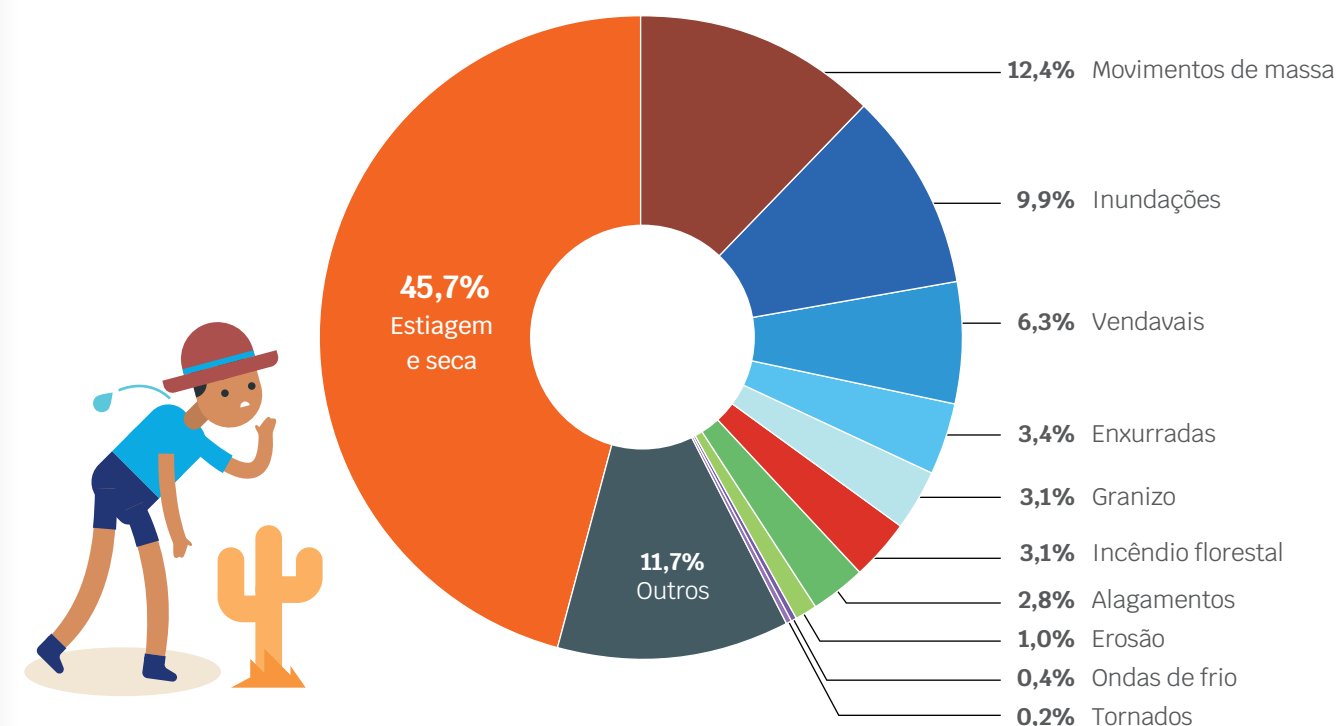


Os desastres têm afetado cada vez mais a população brasileira. O aumento da temperatura global e as mudanças nos padrões climáticos têm contribuído para a ocorrência mais frequente e intensa de eventos extremos, como enchentes, secas, deslizamentos, ondas de calor e incêndios florestais. Segundo o *Atlas Digital de Desastres no Brasil*, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), entre 1991 e 2024, dos 5.570 municípios brasileiros, 5.097 (91,5%) tiveram pelo menos uma situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal. Isso evidencia que a redução de riscos e a preparação para emergências são desafios presentes em praticamente todo o território nacional.

Diante desse cenário, a emergência climática também se configura como uma crise de direitos de crianças e adolescentes. Desastres como incêndios florestais, secas, ondas de calor, deslizamentos e inundações interrompem aulas, afetam a saúde física e emocional e ampliam desigualdades sociais e territoriais.

Por abordar noções como risco e preparação, o trabalho com essa temática envolve a projeção de possíveis ocorrências futuras. No Brasil, uma referência para construir esses cenários prospectivos são as tipologias de desastres com o maior número de eventos registrados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) de 1991 a 2025: alagamentos; enxurradas; estiagem e seca; granizo; incêndio florestal; inundações; movimentos de massa; ondas de frio; tornados; e vendavais e ciclones – distribuídas conforme a Figura 1.

Figura 1 – Distribuição em percentuais das tipologias utilizadas na base de dados do S2iD.



Fonte: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/docu_cobrade.pdf/view.

No Brasil, mais de 30 milhões de meninas e meninos vivem expostos a pelo menos um risco climático (UNICEF, 2026) e, apenas em 2024, mais de 1,1 milhão de estudantes tiveram o calendário escolar interrompido em decorrência de desastres (UNICEF, 2024). Além disso, mais de 3 milhões de estudantes frequentam escolas localizadas em áreas suscetíveis a riscos hidrológicos ou geológicos (Marchezini; Muñoz; Trajber, 2018), o que evidencia a necessidade de fortalecer medidas de prevenção, mitigação e preparação no ambiente escolar.

Nesse contexto, a educação desempenha um papel fundamental na redução de riscos de desastres e na promoção da resiliência. Além de assegurar o direito à aprendizagem, a escola é um espaço estratégico de convivência, diálogo e participação, onde crianças, adolescentes, educadores e comunidades constroem conhecimentos, fortalecem vínculos e desenvolvem capacidades para compreender o território, antecipar riscos e proteger a vida. Ao articular saberes científicos e conhecimentos locais, a escola contribui para consolidar uma cultura de prevenção que ultrapassa seus muros e fortalece a preparação das comunidades.

A Educação em Redução de Riscos de Desastres (ERRD), por sua vez, promove processos educativos permanentes, contextualizados e participativos que ampliam a compreensão sobre ameaças, vulnerabilidades, capacidades e mudanças climáticas. A ERRD fortalece a capacidade de estudantes, educadores e comunidades para identificar riscos, adotar medidas de prevenção, preparação e resposta, tomar decisões informadas em situações de emergência e contribuir para a construção de territórios mais seguros, resilientes e sustentáveis.

No Brasil, essa articulação entre educação e redução de riscos de desastres vem sendo fortalecida por iniciativas que promovem a aproximação entre a área de Proteção e Defesa Civil e o ambiente educacional. Desde 2012, quando foi criado o Programa Defesa Civil na Escola de Santa Catarina, diferentes iniciativas estaduais e municipais vêm sendo desenvolvidas no país com o objetivo de promover a temática da gestão e redução de riscos junto à comunidade escolar, ainda que com modalidades de atuação distintas. A variedade de estratégias envolvidas abarca desde atividades de sensibilização até a inte-

gração da temática ao currículo e a criação de núcleos escolares, além da elaboração de planos de contingência e da realização de análises multiriscos, contribuindo para fortalecer a cultura de prevenção e a capacidade de preparação e resposta das comunidades escolares diante de desastres.

É nesse contexto que se insere o **Guia de orientações para o Programa Defesa Civil nas Escolas**, uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em colaboração com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) e o Ministério da Educação (MEC). A publicação tem como propósito reunir, sistematizar e disseminar boas práticas de integração entre a educação e a gestão de riscos e desastres já desenvolvidas no país, oferecendo subsídios para apoiar os gestores públicos no fortalecimento das ações de prevenção, mitigação e preparação para desastres no ambiente escolar.

Por meio da compilação das experiências já existentes, o guia apresenta exemplos, materiais de referência e orientações passo a passo para a incorporação da Educação em Redução de Riscos de Desastres (ERRD) de forma transversal e adaptável às diferentes realidades territoriais. Mais do que um conjunto de boas práticas, trata-se de um convite para que escolas, agentes públicos e comunidades trabalhem juntos na construção de uma cultura de prevenção, resiliência climática e autoproteção. Assim, este material busca fomentar a construção coletiva de saberes e práticas que nascem do diálogo entre escola, comunidade e território. Para isso, parte do reconhecimento de que é por meio da leitura crítica da realidade, da participação e do compromisso compartilhado com o cuidado da vida que crianças, adolescentes, educadores e comunidades fortalecem sua capacidade de prevenir riscos, enfrentar desastres e transformar os lugares onde vivem.

O guia é estruturado da seguinte forma: primeiro, são apresentados os conceitos fundamentais relacionados à gestão de riscos e desastres, à proteção e defesa civil e ao papel da educação na construção de escolas mais seguras e resilientes. Em seguida, são abordadas diferentes modalidades de atuação que podem ser adotadas por municípios, como a integração curricular, a criação de núcleos escolares, o uso de materiais educativos e a adoção de estratégias integradas. Na sequência, o guia apresenta um passo a passo para apoiar a implementação do Programa Defesa Civil nas Escolas (PDCE), considerando diferentes níveis de capacidade institucional dos municípios. Também são discutidos desafios comuns ao longo desse processo e formas de incorporar a escuta e a participação de crianças e adolescentes no planejamento das ações. Por fim, são reunidas orientações, referências e aprendizados que podem apoiar gestores públicos, equipes de Proteção e Defesa Civil, profissionais da Educação e comunidades escolares na construção de iniciativas permanentes de prevenção, preparação e autoproteção.



CONCEITOS FUNDAMENTAIS E MARCOS TEÓRICOS

Antes de seguir para a apresentação das boas práticas, é importante introduzir alguns conceitos centrais sobre gestão de riscos e desastres, de modo a promover um alinhamento básico de conhecimentos e contextualizar as orientações apresentadas neste guia. No entanto, considerando o caráter prático deste material, esta seção traz uma abordagem breve e objetiva. Para aprofundamento no tema, recomenda-se a consulta a publicações e materiais de referência indicados ao longo do guia.

Você sabe a diferença entre riscos de desastres e desastres?



Riscos de desastres

Para compreender como reduzir os riscos de desastres, é importante reconhecer que eles não surgem apenas pela ocorrência de um evento adverso, como chuvas intensas, seca, incêndio florestal ou movimento de massa. O risco de desastres se forma a partir da combinação entre **ameaça**, **exposição**, **vulnerabilidade**, **capacidade de enfrentamento** e **ações de mitigação**. Isso significa que um mesmo evento pode produzir impactos muito diferentes, que podem ser agravados por desigualdades sociais e falhas na gestão do território, bem como pela presença de pessoas e bens em áreas ameaçadas e pelo grau de preparo da comunidade e do poder público para prevenir, responder e se recuperar.

De modo geral, esses elementos podem ser compreendidos da seguinte forma (Brasil, 2021b; Cemaden, 2024):

- ▶ **Risco (R)** refere-se às condições latentes que anunciam um desastre em um território, comunidade ou sistema.
- ▶ **Ameaça (A)** é a possibilidade de ocorrência de um evento adverso com potencial de causar danos, em determinado tempo e espaço. Pode estar relacionada, por exemplo, a chuvas intensas, estiagens, inundações, erosão, deslizamentos, incêndios florestais ou acidentes tecnológicos.
- ▶ **Exposição (E)** corresponde à presença de pessoas, moradias, equipamentos públicos, infraestruturas, atividades econômicas, serviços essenciais, bens culturais e elementos ambientais em áreas sujeitas a perigo.
- ▶ **Vulnerabilidade (V)** é a condição que torna pessoas, grupos sociais, territórios ou sistemas mais suscetíveis aos impactos de um evento adverso. Ela pode ser física, social, econômica, ambiental, institucional ou cultural. A vulnerabilidade aumenta, por exemplo, quando há desigualdades sociais, acesso limitado a serviços públicos, ausência de infraestrutura ou falta de informação.
- ▶ **Capacidade de enfrentamento (C)** é o conjunto de recursos, conhecimentos, estruturas, estratégias e ações que permitem antecipar, resistir, responder e se recuperar dos impactos de um desastre. Essa capacidade pode estar presente nas famílias, nas comunidades, nas escolas, nas instituições locais e no poder público.
- ▶ **Ações de mitigação (M)** são aquelas realizadas em larga escala para promover prevenção e proteção social (educação ambiental, justiça climática, regeneração e resiliência).

LOGO, o risco de desastres (R) surge da combinação de vários fatores que estão ligados entre si. Ele não acontece por acaso nem depende de um único elemento. Essa relação pode ser resumida na fórmula a seguir:

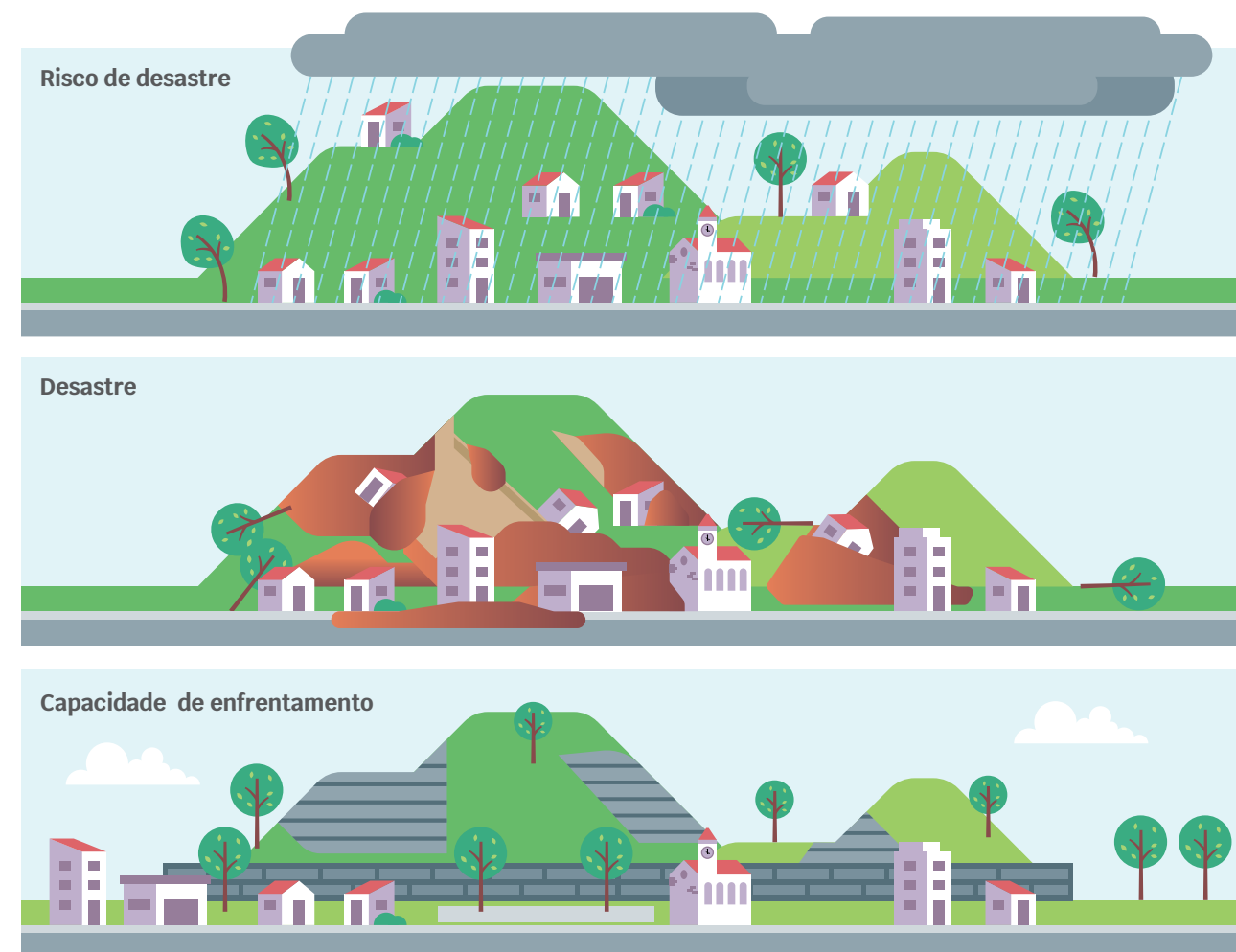
$$R = A \times [(E + V) / C] - M$$

Risco de desastre Ameaça Exposição Vulnerabilidade Capacidade de enfrentamento Ações de mitigação



DESCOMPLICANDO, a ideia central é que o risco de desastres aumenta quando uma ameaça incide sobre pessoas, bens ou territórios expostos e vulneráveis. Por outro lado, o risco diminui quando existem capacidades para prevenir, preparar, responder e se recuperar dos impactos de um desastre, além de medidas de mitigação já implementadas. Isso significa que reduzir o risco não depende apenas de diminuir a ameaça, mas também de reduzir a exposição e as vulnerabilidades, de fortalecer as capacidades de indivíduos, comunidades e instituições e de implementar, em áreas como a Educação, políticas públicas que promovam a prevenção, a proteção e a resiliência.

Figura 2 – Risco de desastres – Desastre – Capacidade de enfrentamento.



Fonte: GenIA.

Assim, o **risco de desastres** pode ser entendido como a possibilidade de perdas e danos resultantes da interação entre uma ameaça, os elementos expostos a ela, as vulnerabilidades existentes e a capacidade de enfrentamento disponível. Quanto maiores a exposição e a vulnerabilidade, e quanto menores as capacidades de prevenção, proteção e resposta, maior será o risco.

Por isso, reduzir riscos de desastres não significa apenas observar a ameaça, mas também **enfrentar suas causas estruturais**, como desigualdades, uso inadequado do solo e degradação ambiental, além de fortalecer políticas públicas, ampliar o acesso à informação e investir na preparação das comunidades.

Desastres

No Brasil, os desastres têm se tornado mais frequentes e intensos. Entre 1991 e 2025, geraram perdas estimadas em R\$ 822 bilhões, causaram 5.535 óbitos e obrigaram mais de 11 milhões de pessoas a deixarem suas casas (Brasil, 2026). Esse cenário evidencia que fatores estruturais, como desmatamento, degradação ambiental, uso inadequado do solo e urbanização desordenada, têm um papel central na produção e na intensificação dos riscos de desastres. Quando esses processos se somam às desigualdades sociais e à baixa capacidade de prevenção e resposta, os impactos dos desastres tornam-se ainda mais graves.

Nesse contexto, é importante compreender que desastres não são naturais. Um desastre acontece quando um evento adverso atinge um território exposto e vulnerável, provocando danos humanos, materiais

e ambientais, bem como prejuízos econômicos e sociais, além de interromper a rotina e comprometer o funcionamento da comunidade. Em outras palavras, o desastre não está apenas no evento em si, mas nas condições que fazem com que ele produza destruição, sofrimento e perdas.

Em relação à sua evolução, os desastres podem ser classificados de diferentes formas.

- ▶ **desastres súbitos**, quando acontecem de forma repentina ou em curto intervalo de tempo, como inundações bruscas, enxurradas, deslizamentos ou vendavais, produzindo danos imediatos ou de rápida evolução;
- ▶ **desastres graduais**, quando se desenvolvem lentamente, com agravamento progressivo dos impactos, como estiagens, secas prolongadas, desertificação ou processos de contaminação ambiental.

Também é importante saber que os desastres não acontecem sempre da mesma forma, variando conforme os impactos causados e a capacidade de resposta no local atingido, o que influencia as ações que o poder público precisa adotar em cada situação. Compreender essas diferenças na caracterização dos desastres é importante, pois esse conhecimento ajuda a prevenir problemas, orientar adequadamente sobre o uso e a ocupação do território e fortalecer a cultura de proteção e defesa civil. Afinal, quanto mais conhecemos os riscos existentes em um lugar, maiores são as chances de agir antecipadamente, reduzir danos e proteger vidas.

De acordo com o Cemaden (2024), os desastres no Brasil quase sempre estão relacionados ao excesso de chuva ou à falta dela. Os mais frequentes são: enchentes ou cheias, inundações, alagamentos, enxurradas, deslizamentos, erosões fluviais ou marinhas, tornados, tromba d'água, geada, granizo, incêndio florestal, seca, estiagem e ondas de calor extremo.



FIQUE ATENTO!

Você sabe como monitorar o risco de desastres em sua região?

Em momentos de normalidade, antes da ocorrência de um desastre, é essencial que a população esteja informada, orientada e preparada. Para isso, é importante acompanhar boletins meteorológicos, previsões de risco, mapas de áreas suscetíveis e comunicados dos órgãos responsáveis pelo monitoramento e alerta. Monitorar riscos de desastres é uma das principais estratégias para reduzir impactos sobre a população e permitir a adoção de medidas preventivas antes que uma emergência ocorra. No Brasil, diferentes instituições federais, estaduais e municipais disponibilizam sistemas de monitoramento e alerta que acompanham condições meteorológicas, hidrológicas e geológicas em tempo real, fornecendo informações para governos, escolas, comunidades e cidadãos.

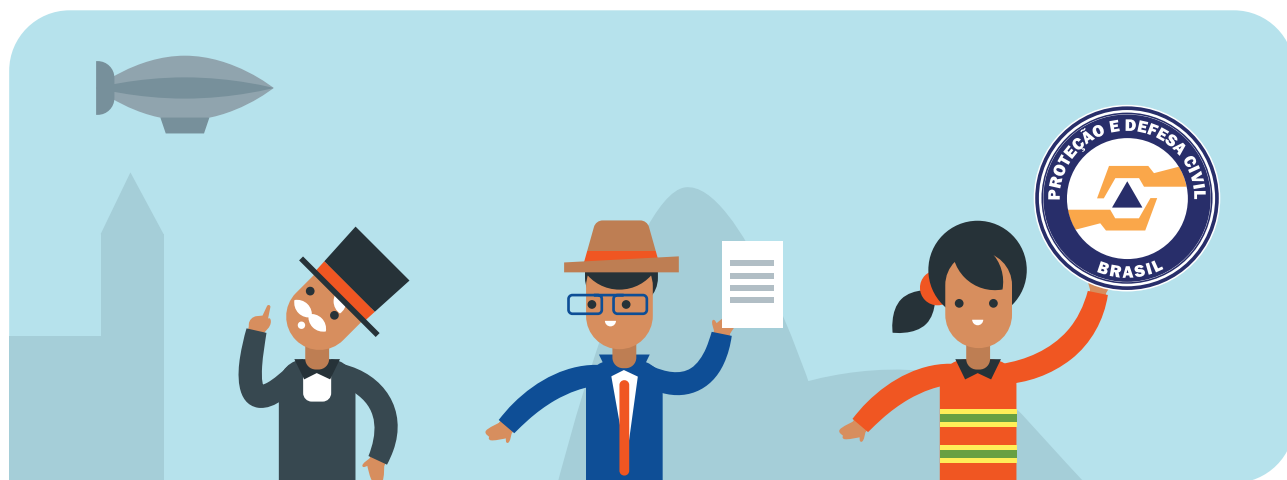
Entre as principais ferramentas no âmbito federal estão o [INMET Alerta](#), do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), que emite avisos meteorológicos sobre chuvas intensas, tempestades, ventos fortes, ondas de calor e outros eventos extremos; o [Monitor de Secas](#), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que acompanha a evolução da seca em todo o território nacional; o [Sistema de Alerta de Eventos Críticos](#) (SACE), operado pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), que monitora riscos de enxurradas, inundações e outros eventos de alto impacto; o [Painel do Fogo](#), operado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), que monitora os focos de incêndios florestais; e o portal do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais ([Cemaden](#)), que disponibiliza boletins, informações técnicas e o Mapa Interativo, no qual são reunidos alertas, áreas monitoradas e informações sobre riscos geo-hidrológicos em todo o país.

A Defesa Civil Nacional trabalha de maneira articulada com essas diversas instituições, realizando o acompanhamento e a difusão das informações disponíveis nessas ferramentas e prestando orientações ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpec), de acordo com protocolos e fluxos padrão.

Graças a essa atuação articulada, desde 2024 a população brasileira conta com o [Defesa Civil Alerta](#), tecnologia que usa os dados e painéis acima mencionados para enviar notificações para celulares em áreas de risco iminente ou em andamento, como chuvas intensas, enxurradas, alagamentos, movimentos de massa e outros desastres que exijam ação imediata da população, sem necessidade de cadastro prévio. As mensagens aparecem como *pop-up* na tela e podem ser acompanhadas de sinal sonoro, conforme o nível do alerta. O sistema tem dois tipos de alerta: EXTREMO, usado em situações de risco crítico e urgência imediata, com som de sirene mesmo no modo silencioso; e SEVERO, indicado para riscos muito altos, mas com mais tempo para a execução de ações de autoproteção, com som semelhante ao de uma notificação padrão e sem tocar no modo silencioso.



Qual é o papel da área de Proteção e Defesa Civil?



O conceito de proteção e defesa civil tem origem nos esforços adotados pelas nações para proteger a população civil em situações de conflito armado. O primeiro serviço estruturado de defesa civil foi implantado no Reino Unido durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), em resposta aos bombardeios realizados por zeplins alemães contra áreas civis. Essa experiência estimulou a criação de iniciativas semelhantes em outros países nas décadas de 1920 e 1930, diante do aumento das ameaças de ataques aéreos. Somente após o fim da Guerra Fria (1947–1991), a atuação da Defesa Civil passou a incorporar, de maneira mais sistemática, a prevenção, a preparação e a resposta a emergências e desastres de diferentes naturezas (Brasil, 2022).

No Brasil, a Defesa Civil foi criada em 22 de agosto de 1942, data em que o país declarou guerra à Alemanha e à Itália, após ataques de submarinos alemães afundarem navios brasileiros com civis a bordo. Como resposta, o governo instituiu o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, inspirado no modelo britânico de proteção civil. Em 1943, o órgão passou a ser denominado Serviço de Defesa Civil e foi vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com diretorias regionais nos estados, nos territórios e no Distrito Federal. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a reorganização da administração federal, o serviço foi extinto em 1946, e suas atribuições passaram a ser tratadas no âmbito do Conselho de Segurança Nacional.

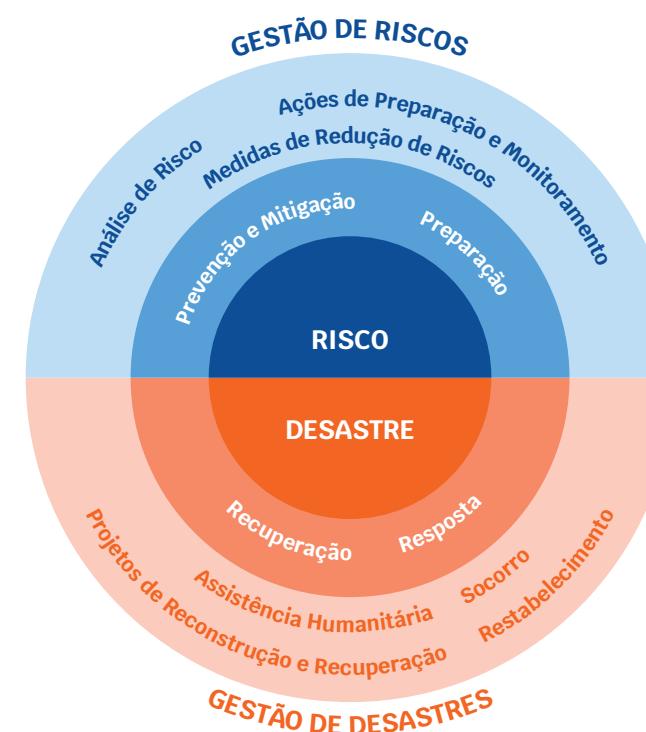
As décadas de 1960 e 1970 marcaram uma importante mudança na organização da Defesa Civil brasileira. Em 1966, fortes chuvas provocaram inundações e deslizamentos no estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, enquanto uma intensa seca atingiu o Nordeste entre 1966 e 1967. Esses eventos evidenciaram a necessidade de estruturas públicas permanentes para lidar com riscos e desastres.

Ainda em 1966, o estado da Guanabara criou um grupo de trabalho responsável pela elaboração do primeiro Plano Diretor de Defesa Civil do país em nível estadual. O documento instituiu as coordenadorias regionais de Defesa Civil e lançou as bases da estrutura existente atualmente. Com a criação do Ministério do Interior, em 1967, outros estados passaram a adotar modelos semelhantes ao longo da década de 1970, entre eles Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo.

No âmbito federal, esse período também foi marcado pela criação de importantes instrumentos institucionais. Em 1969, foi instituído o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap); em 1970, o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (Geacap); e, em 1979, a Secretaria Especial de Defesa Civil (Sedec), considerada a origem da atual Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – inclusive com a manutenção de sua sigla.

Em 1988, foi criado o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec). Sua estruturação foi fortalecida a partir de 1990, quando a Organização das Nações Unidas estabeleceu a Década Internacional para a Redução dos Desastres. Acompanhando os avanços internacionais, o Brasil participou das Conferências Mundiais de Yokohama, em 1994, e de Kobe, em 2005, tornando-se signatário do Marco de Ação de Hyogo, que orientou as políticas de redução de riscos durante os dez anos seguintes.

Figura 3 – Ações de proteção e defesa civil.



Fonte: Brasil (2021a).

Em 2005, foi criado o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), sob a coordenação da Sedec, com atuação estratégica na preparação e na resposta a desastres em todo o território nacional. Esse período consolidou uma importante mudança de abordagem: a atuação pública deixou de se concentrar apenas na resposta após a ocorrência dos desastres e passou a incorporar, de forma mais estruturada, ações de prevenção, mitigação e preparação.

A configuração atual da Proteção e Defesa Civil brasileira foi impulsionada por uma sequência de desastres de grande impacto, especialmente em Santa Catarina, em 2008; em Alagoas e Pernambuco, em 2010; e na Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011. Nesse contexto, foi realizada, em 2009, a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, que aprovou 104 diretrizes voltadas ao fortalecimento das instituições de Defesa Civil, especialmente no âmbito municipal.

Esse processo culminou na aprovação da Lei nº 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e reorganizou o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sindpec), estabelecendo um novo marco jurídico e institucional para a área no país. A le-

gislação fortaleceu a gestão integrada dos riscos e atribuiu responsabilidades à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com ênfase nas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Em 2015, o Brasil tornou-se signatário do *Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015–2030*. O compromisso internacional reforça a necessidade de compreender os riscos, fortalecer a governança, ampliar os investimentos em prevenção e aumentar a preparação para uma resposta eficaz e uma recuperação mais resiliente. Também destaca a importância de integrar a redução de riscos às diferentes políticas públicas, incluindo as educacionais.

Atualmente, a Proteção e Defesa Civil desempenha papel central na proteção da vida, na segurança e no bem-estar da população brasileira. Sua atuação envolve não apenas a resposta às emergências, mas também o conhecimento dos riscos, o planejamento territorial, a prevenção, a preparação das comunidades, a comunicação de alertas e a construção de territórios mais seguros e resilientes. Esse trabalho ocorre em diferentes fases, que se complementam para reduzir riscos e enfrentar desastres. Essas fases podem ser organizadas em dois grandes momentos: a **gestão de riscos de desastres** e a **gestão de desastres**.

Ciclo de gestão de riscos e desastres



O ciclo de **gestão de riscos e desastres** é uma construção coletiva que reúne ações integradas de prevenção, mitigação e preparação (etapas da gestão de riscos), e ainda de resposta e recuperação (etapas da gestão de desastres), todas voltadas ao fortalecimento da proteção e defesa civil. A **gestão de riscos** compreende medidas voltadas a diminuir a possibilidade de ocorrência de desastres e reduzir as vulnerabilidades existentes no território. A **gestão de desastres**, por sua vez, compreende as ações de resposta aos impactos de um desastre, destinadas a preservar vidas, reduzir danos e atender às necessidades imediatas da população afetada, bem como as ações de recuperação voltadas ao restabelecimento dos serviços essenciais, à reconstrução e à retomada das condições de vida e funcionamento do território, buscando reduzir vulnerabilidades e evitar a reprodução dos riscos existentes.

No ambiente escolar, as diferentes fases da gestão de riscos e desastres se traduzem em ações concretas de proteção, aprendizagem e organização da comunidade escolar. Essas ações devem considerar tanto os riscos presentes dentro da escola quanto aqueles existentes em seu entorno e no território onde ela está inserida.

- ▶ A **PREVENÇÃO** envolve atividades educativas destinadas a ampliar o conhecimento e a percepção de riscos entre estudantes, profissionais da Educação, famílias e comunidade. Entre as ações possíveis estão o mapeamento participativo dos riscos existentes na escola e no território, a discussão sobre ameaças locais e a inclusão da temática da redução de riscos de desastres no currículo e nas práticas pedagógicas.
- ▶ A **MITIGAÇÃO** compreende medidas voltadas à redução das vulnerabilidades e dos possíveis impactos de uma ocorrência. No contexto escolar, inclui ações estruturais, como melhorias nas edificações, manutenção das instalações e adequação dos acessos, e ações não estruturais, como

sinalização de rotas de evacuação, definição de pontos de encontro, organização dos espaços e articulação com os órgãos responsáveis pela gestão das áreas de risco no entorno da escola.

- ▶ A **PREPARAÇÃO** busca assegurar que a comunidade escolar saiba como agir antes e durante uma situação de emergência. Essa fase inclui a elaboração e a atualização de planos de contingência escolares, a definição de responsabilidades, a formação de professores e demais profissionais, a organização de grupos de atuação, como os Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil (NEPDECs), e a realização periódica de exercícios simulados.
- ▶ A **RESPOSTA** corresponde às medidas adotadas durante e imediatamente após uma emergência ou desastre, com o objetivo de proteger vidas, prestar os primeiros atendimentos e reduzir danos. Nesse momento, a escola deve seguir os protocolos previamente definidos, acionar os serviços responsáveis, orientar a evacuação ou a permanência segura, manter a comunicação com as famílias e garantir atenção especial a crianças e adolescentes com deficiência ou outras necessidades específicas.
- ▶ A **RECUPERAÇÃO** envolve a retomada segura das atividades escolares e o restabelecimento das condições de ensino, convivência e proteção. Além da recuperação da infraestrutura, essa fase pode incluir apoio psicossocial, recomposição das rotinas, busca ativa de estudantes, reposição de materiais, avaliação dos impactos e revisão dos planos e protocolos com base nos aprendizados obtidos durante a ocorrência.

Nesse sentido, investir no ciclo completo de gestão de riscos e gerenciamento de desastres no ambiente escolar significa proteger vidas, reduzir vulnerabilidades e contribuir para comunidades mais resilientes e preparadas diante dos desafios impostos pelos desastres e dos efeitos das mudanças climáticas.

Proteção e Defesa Civil no Brasil

A Proteção e Defesa Civil no Brasil está organizada de forma integrada entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com a participação de instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e entidades de ensino e pesquisa. Essa articulação ocorre por meio do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), instituído pela Lei nº 12.608/2012 e coordenado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec).

O Sinpdec reúne os órgãos e as instituições responsáveis pela gestão de riscos e desastres e busca assegurar uma atuação coordenada em todas as suas fases: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. O Sistema também conta com o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (Conpdec), órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de ensino e pesquisa e organizações da sociedade civil.

A atuação do Sinpdec ocorre de forma articulada nos diferentes níveis de governo. No âmbito federal, a Sedec coordena as políticas e as ações estratégicas nacionais. Por meio do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), acompanha situações críticas, apoia o monitoramento de riscos e articula a resposta federal em situações de desastre. Nos estados e no Distrito Federal, as coordenadorias e secretarias de Proteção e Defesa Civil organizam e executam as ações em seus respectivos territórios, além de apoiar os municípios e promover a articulação com os órgãos federais. No âmbito municipal, os órgãos locais de Proteção e Defesa Civil desempenham papel central, pois é nos municípios que os riscos se materializam, os desastres produzem seus impactos e, diante disso, se iniciam as primeiras ações de proteção e atendimento à população. Cabe a essas estruturas conhecer os riscos existentes no território, planejar medidas preventivas, preparar a comunidade, coordenar a resposta local e apoiar a recuperação das áreas afetadas.

Por essa razão, o fortalecimento das estruturas municipais de Proteção e Defesa Civil é fundamental para ga-



Proteção e Defesa Civil somos todos nós!

Talvez você já tenha ouvido o lema “Proteção e Defesa Civil somos todos nós!”. A expressão traduz um dos princípios da Lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, especificamente em relação ao reconhecimento de que a proteção e a redução de riscos de desastres são responsabilidades compartilhadas entre o poder público e a sociedade. Embora a área de Proteção e Defesa Civil tenha instituições e profissionais responsáveis pela coordenação das ações, a prevenção e a preparação para desastres só são eficazes quando há a participação ativa da população, das comunidades, das empresas, de diferentes setores da sociedade e, também, das escolas.

Na prática, isso significa que todas as pessoas podem contribuir para tornar os territórios mais seguros e resilientes. Atitudes como acompanhar alertas, evitar o descarte irregular de lixo, preservar áreas ambientais, participar de simulados, conhecer os riscos da comunidade e apoiar ações de prevenção ajudam a reduzir impactos e salvar vidas. Quando comunidade e poder público trabalham juntos, ampliam-se as capacidades para prevenir riscos, responder de forma rápida às crises e proteger especialmente as pessoas em situação de vulnerabilidade, como crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

rantir ações rápidas, planejadas e articuladas com os diferentes setores e atores do território. Essa integração deve incluir as escolas, que podem contribuir para a prevenção, a preparação e a disseminação de conhecimentos sobre riscos junto a crianças, adolescentes, famílias e comunidades (Brasil, 2022).

A organização e o funcionamento da área no país são orientados pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei nº 12.608/2012 e regulamentada pelo Decreto nº 10.593/2020. A



política estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos e desastres no Brasil, reforçando a importância da prevenção, do planejamento e da atuação integrada entre os diferentes níveis de governo. A PNPDEC tem caráter transversal e deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais.

Mais recentemente, o Brasil aprovou o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC) 2025-2035, orientado pelo Decreto nº 12.652/2025 e instituído pela Portaria nº 3.318/2025. O plano define princípios, diretrizes, objetivos e metas para a atuação articulada entre União, estados, Distrito Federal e municípios ao longo de uma década, fortalecendo a capacidade de prevenção e resposta diante do aumento dos eventos extremos associados às mudanças climáticas. O PN-PDC 2025-2035 reconhece que a consolidação de uma cultura de proteção e defesa civil depende de ações educativas e da participação comunitária, o que reforça a relevância de iniciativas como o Programa Defesa Civil nas Escolas (PDCE) como instrumentos concretos de fortalecimento da resiliência territorial (Brasil, 2025)

Equidade e inclusão na Proteção e Defesa Civil

O Decreto nº 12.652/2025, que orienta o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil para o período de 2025 a 2035, estabelece como um de seus princípios a equidade em sua implementação. Essa diretriz determina a adoção prioritária de estratégias inclusivas, acessíveis e efetivas, capazes de atender pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade.

O princípio parte do reconhecimento de que os desastres não afetam todas as pessoas da mesma forma. Mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e populações em situação de pobreza podem estar mais expostas aos riscos e enfrentar maiores dificuldades para acessar alertas, abrigos, serviços públicos e medidas de proteção.

Essa abordagem está alinhada aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente ao Plano de Ação de Gênero do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, que orienta a incorporação das perspectivas de gênero, diversidade e inclusão social nas políticas de redução de riscos. Entre suas prioridades estão a produção de dados desagregados, a participação equitativa nos processos decisórios e a consideração das diferentes necessidades da população no planejamento e na resposta aos desastres.

No ambiente escolar, essas diretrizes reforçam a importância de ações que respeitem as diferentes realidades sociais, territoriais, culturais e funcionais de crianças e adolescentes. O Programa Defesa Civil nas Escolas (PDCE) pode contribuir para essa agenda ao promover atividades acessíveis, ampliar a participação dos estudantes e assegurar que ninguém seja deixado para trás nas ações de prevenção, preparação e proteção.

Escolas seguras e resilientes: o papel da educação na gestão de riscos e desastres

As escolas podem ocupar um lugar estratégico na construção de comunidades mais seguras, resilientes e preparadas para enfrentar os impactos dos desastres e das mudanças climáticas. Afinal, são locais de aprendizagem, convivência, proteção, mobilização social e fortalecimento de vínculos comunitários, desempenhando um papel essencial na promoção de uma cultura de prevenção e cuidado coletivo.



Embora a resposta a emergências seja responsabilidade dos órgãos competentes da Proteção e Defesa Civil e demais políticas públicas, as instituições de ensino têm grande potencial para contribuir com ações de prevenção, mitigação e preparação para desastres, incluindo o fortalecimento da resiliência local. Por estarem inseridas diretamente nos territórios e conectadas ao cotidiano das famílias e comunidades, as escolas podem apoiar processos educativos voltados à percepção de riscos, à autoproteção, à adaptação climática e à redução de vulnerabilidades. Além disso, em contextos de crises e desastres, as escolas frequentemente assumem um papel central para a proteção integral de crianças e adolescentes, seja pela continuidade das atividades educacionais, pelo fortalecimento do apoio psicossocial, pela disseminação de informações confiáveis ou pela articulação com a rede local de proteção.

O papel da escola torna-se ainda mais relevante diante dos recentes avanços na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999 e atualizada pela Lei nº 14.926/2024, que determina a inclusão obrigatória de temas relacionados às mudanças climáticas, à biodiversidade e aos desastres socioambientais nos currículos escolares. Dessa forma, a gestão de riscos e desastres deixa de ser um tema complementar e passa a integrar os processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados para compreender os riscos presentes em seus territórios e atuar na construção de comunidades mais seguras e resilientes.

Nesse contexto, o conceito de escolas seguras e resilientes ganha relevância nos marcos internacionais de redução de riscos e adaptação climática, como o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres e a Agenda 2030. Esses referenciais reconhecem que os desastres e as mudanças climáticas afetam diretamente o direito à educação e reforçam a necessidade de preparar os sistemas educacionais para prevenir riscos, proteger vidas e assegurar a continuidade da aprendizagem.

Estrutura de Segurança Escolar Abrangente

A [Estrutura de Segurança Escolar Abrangente](#) (GADRRRES, 2023) propõe uma abordagem integrada para fortalecer a segurança e a resiliência das instituições de ensino, estruturada em uma base fundacional e três pilares complementares (GADRRRES, 2022):

- **Base fundacional – Sistemas e Políticas Públicas:** Inclui as políticas públicas, normas, planejamento e recursos necessários para fortalecer a proteção de crianças e adolescentes e tornar as escolas mais seguras, sustentáveis e preparadas para situações de risco e desastre.
- **Pilar 1 – Instalações Escolares Seguras:** Refere-se à estruturação, adaptação e manutenção de edifícios escolares seguros, acessíveis e resilientes a desastres, considerando padrões adequados de construção, prevenção e mitigação de riscos. Esse eixo busca garantir ambientes escolares mais protegidos frente a ameaças como enchentes, deslizamentos, secas, ondas de calor, vendavais e outros eventos extremos.

- **Pilar 2 – Gestão da Segurança Escolar e da Continuidade Educacional:** Envolve o planejamento e a preparação contínua para situações de emergência, incluindo protocolos, planos de contingência, simulados, definição de fluxos de atendimento e articulação com a rede local de proteção. O objetivo é fortalecer a capacidade da comunidade escolar para agir de forma organizada e segura, garantindo também a continuidade das atividades educacionais.
- **Pilar 3 – Educação para a Redução de Riscos e para a Resiliência:** Consiste em integrar aos processos pedagógicos e ao cotidiano escolar conteúdos relacionados a prevenção de riscos, mudanças climáticas, proteção ambiental, cultura de paz e resiliência. Mais do que transmitir informações, esse eixo busca promover atitudes preventivas, participação social e compromisso coletivo com a proteção da vida e do território.

Figura 4 – Base e pilares da Estrutura de Segurança Escolar Abrangente.



Fonte: GADRRRES (2022, p. 3).

A Educação em Redução de Riscos de Desastres (ERRD) é um componente central desse processo. Parte-se do entendimento de que os riscos e desastres não são apenas fenômenos naturais, mas também resultado de processos sociais, econômicos e ambientais que produzem vulnerabilidades. Nesse sentido, a educação possui um papel transformador: contribuir para reduzir vulnerabilidades, fortalecer capacidades comunitárias e promover mudanças de comportamento e de relação com o território.

A ERRD promove uma abordagem participativa, baseada na leitura crítica do território, na construção coletiva de soluções e no diálogo entre conhecimentos científicos e saberes locais, reconhecidos como complementares para a compreensão dos riscos. Também fortalece a participação ativa de estudantes, famílias e comunidades nas ações de prevenção e preparação para desastres.

Escolas Sustentáveis e Resilientes: a contribuição do Cemaden

No Brasil, a proposta de *Escolas Sustentáveis e Resilientes* desenvolvida pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) apresenta uma abordagem integrada e territorializada sobre a relação entre educação, mudanças climáticas e redução de riscos de desastres. Representada por uma mandala, essa proposta organiza-se em quatro dimensões interdependentes:

- **Espaço físico:** relaciona-se à construção e manutenção de ambientes escolares seguros, acessíveis e adaptados aos riscos presentes no território. Inclui infraestrutura resiliente, adaptação climática, proteção ambiental e adequações físicas voltadas à prevenção e mitigação de desastres.
- **Gestão:** refere-se à construção de uma gestão democrática, participativa e sustentável, aberta ao diálogo com estudantes, famílias, comunidade e parceiros institucionais. Inclui planejamento, protocolos, participação juvenil e articulação intersetorial para prevenção e preparação.
- **Currículo:** propõe uma abordagem inter e transdisciplinar da Educação para a Redução de Riscos de Desastres, valorizando a iniciação científica, os saberes locais e tradicionais, a percepção de risco e a compreensão crítica das mudanças climáticas e das desigualdades socioambientais.

A educação pode salvar vidas!

O papel das escolas na gestão de riscos e desastres não está apenas na teoria e em modelos conceituais. Há exemplos concretos de como a educação pode ajudar a salvar vidas ao transformar conhecimento em ação e fortalecer o protagonismo das comunidades.

Em 2022, Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife, vivenciou um grave desastre em que a combinação entre chuvas intensas e vulnerabilidades do território resultou em 64 mortes. No entanto, na comunidade do Retiro, a história foi diferente: o local não registrou nenhum óbito, demonstrando como a mobilização comunitária, o acesso ao conhecimento e a preparação podem contribuir para a proteção da vida. Um adolescente de 16 anos ajudou a evitar que a tragédia se tornasse ainda maior: Alexys Gabriel Ferreira observou em um pluviômetro caseiro que o volume de água das chuvas estava maior que o esperado e alertou seus vizinhos para a evacuação. Mais tarde, deslizamentos e desabamentos atingiram a comunidade, causando danos materiais e ambientais, mas sem registro de mortes no Retiro.

Alexys aprendeu a desenvolver e monitorar o pluviômetro feito de garrafa PET em um projeto implementado na região por meio do programa Cemaden Educação, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Idealizado pelo programa em colaboração com universidades do Brasil, da Alemanha e do Reino Unido e em parceria com a Defesa Civil de Jaboatão dos Guararapes, o projeto Dados à Prova D'Água convida estudantes e comunidades a compreender criticamente o território onde vivem, construindo e utilizando pluviômetros artesanais de garrafa PET para acompanhar o volume das chuvas e fortalecer a prevenção de riscos e desastres. As medições coletadas são registradas em um aplicativo, que consolida as informações de toda a rede em um banco de dados colaborativo de precipitação, permitindo que estudantes e comunidades construam coletivamente conhecimentos sobre as chuvas e o território onde vivem, o que fortalece o monitoramento, a prevenção de riscos socioambientais e a proteção da vida.



- **Relação escola-comunidade:** destaca o fortalecimento dos vínculos entre escola, território e comunidade, reconhecendo que a construção da resiliência depende da participação coletiva e da valorização das experiências locais. Essa dimensão reforça o papel da escola como espaço de mobilização, diálogo e transmitidas com a proteção da vida.

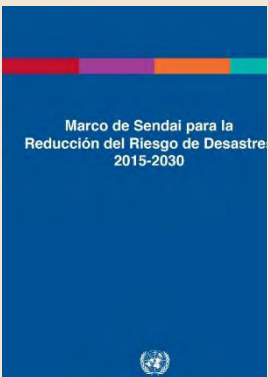
Figura 5 – Escolas Sustentáveis e Resilientes.



Fonte: adaptado de Cemaden (2024, p. 30).

Instrumentos formais e orientadores

As ações de proteção e defesa civil nas escolas se fundamentam em marcos nacionais e internacionais que orientam a educação, a proteção de crianças e adolescentes, a redução de riscos e a adaptação às mudanças do clima. Esses instrumentos reforçam que a escola é um espaço essencial para promover conhecimento, prevenção, preparação e proteção da comunidade escolar.



Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastre 2015-2030

O [Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015–2030](#) é um acordo internacional adotado pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) durante a Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Redução do Risco de Desastres, realizada em Sendai, no Japão, em 2015. O Marco estabelece as diretrizes e metas globais para a gestão de riscos de desastres e define quatro prioridades de ação: a compreensão do risco de desastres, o fortalecimento da governança de riscos, o investimento na redução do risco de desastres para a resiliência e a melhoria da preparação e da recuperação. O documento defende a incorporação intersectorial da redução de riscos na educação formal e não formal, o fortalecimento da resiliência das escolas e a participação de crianças e adolescentes na promoção da cultura de prevenção e preparação para desastres.



▶ LINK



Estrutura de Segurança Escolar Abrangente 2022-2030

A [Estrutura de Segurança Escolar Abrangente \(CSSF\)](#) é a principal referência internacional para orientar governos, redes de ensino e parceiros na promoção de escolas seguras, resilientes e capazes de garantir a continuidade da educação diante de desastres, emergências e outros riscos. Desenvolvido pela Aliança Global para a Redução do Risco de Desastres e Resiliência no Setor da Educação (GADRRRES), tem como princípio que a proteção de crianças, adolescentes, professores e comunidades escolares depende não apenas da segurança física das escolas, mas também de planejamento, preparação, coordenação institucional e processos educativos que desenvolvam capacidades para prevenir, enfrentar e se recuperar de situações de risco.



▶ LINK



Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil
Fortalecendo a Gestão de Riscos e de Desastres no Brasil
PN-PDC 2025-2035

No contexto brasileiro, a [Política Nacional de Proteção e Defesa Civil](#), instituída pela Lei nº 12.608/2012, estabelece diretrizes para a gestão de riscos e o gerenciamento de desastres em todo o território nacional. Essa política organiza a atuação dos entes federativos e reforça a importância de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Mais recentemente, o país passou a contar com o [Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil \(PN-PDC\)](#), orientado pelo Decreto nº 12.652/2025 e instituído pela Portaria nº 3.318/2025. O plano define os princípios, diretrizes, objetivos e metas para a atuação articulada entre União, estados, Distrito Federal e municípios no período de 2025 a 2035. Trata-se de um instrumento estratégico para fortalecer a prevenção e a redução de riscos, inclusive no ambiente escolar.



▶ LINK

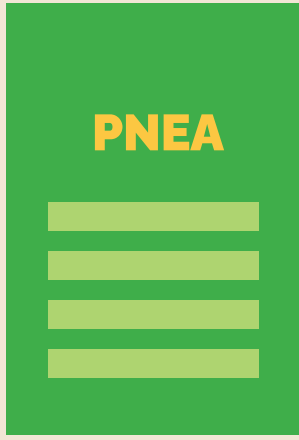


PROTOCOLO NACIONAL PARA A PROTEÇÃO INTEGRAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

O [Protocolo Nacional para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Riscos e Desastres](#), em sua versão revisada lançada em 2025, estabelece diretrizes intersectoriais para garantir ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação centradas na criança e no adolescente. O documento reforça a atuação articulada entre Proteção e Defesa Civil, Assistência Social, Saúde, Educação, Justiça, Segurança Pública, Direitos Humanos e conselhos tutelares em todas as fases, com foco em garantir direitos, qualificar o acolhimento, prevenir violências e dar atenção especial aos grupos em situação de vulnerabilidade.



▶ LINK



PNEA

A [Política Nacional de Educação Ambiental \(PNEA\)](#), instituída pela Lei nº 9.795/1999 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002, define a educação ambiental como um processo por meio do qual indivíduos e coletividades constroem valores, conhecimentos, habilidades e atitudes voltados à conservação do meio ambiente e à sustentabilidade. Essa compreensão é importante para o trabalho nas escolas, pois aproxima a proteção do território, o cuidado com a vida e a prevenção de riscos de desastres no cotidiano escolar. A [Lei nº 14.926/2024](#) atualiza a PNEA e determina que as escolas brasileiras passem a abordar em sala de aula temas como mudanças do clima, desastres e proteção da biodiversidade. A norma busca garantir que, na educação básica e no ensino superior, os projetos pedagógicos incluam atividades relacionadas aos riscos e às emergências socioambientais.



▶ LINK

PNE

O [Plano Nacional de Educação](#) (PNE 2026-2036) instituído pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, é o principal instrumento de planejamento das políticas educacionais brasileiras para a próxima década. O documento estabelece diretrizes, objetivos, metas e estratégias que orientam a atuação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, servindo também como referência para a elaboração e revisão dos planos estaduais e municipais de Educação.

Entre seus objetivos, destacam-se o **Objetivo 8 – Sustentabilidade Socioambiental na Educação**, que prevê a promoção da educação ambiental e do enfrentamento das mudanças do clima em todos os [estabelecimentos] de ensino, [e estabelece] as seguintes metas:

- **Meta 8.a:** Garantir que, até o quinto ano de vigência do PNE, pelo menos 60% das redes de ensino e, ao final do decênio, 100% delas desenvolvam e implementem planos de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças do clima em seus estabelecimentos de ensino.
- **Meta 8.b:** Assegurar que todas as escolas possuam estrutura física e instalações compatíveis com padrões de conforto térmico.
- **Meta 8.c:** Garantir que todas as instituições de ensino promovam a educação ambiental em conformidade com a Política Nacional de Educação Ambiental e com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação.



▶ LINK



A [Política Nacional sobre Mudança do Clima](#), instituída pela Lei nº 12.187/2009, [orienta a ação climática] no país. Um de seus principais instrumentos é o [Plano Clima](#), atualmente estruturado nos eixos de Adaptação, Mitigação e Estratégias Transversais para Ação Climática, com horizonte até 2035. Essa agenda fortalece a integração entre educação, adaptação climática, redução de vulnerabilidades e construção de territórios mais resilientes.

Considerando a transversalidade da educação no Plano Clima, foi composta a Estratégia de Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (ET-ECAPI), construída por meio de articulação interministerial envolvendo principalmente os ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Entre os instrumentos prioritários da ET-ECAPI estão:

1. Diretrizes curriculares e orientações pedagógicas: elaboração e disseminação de orientações pedagógicas para inserção do tema das mudanças climáticas nos currículos escolares.
2. Formação inicial e continuada de professores: integração do tema das mudanças climáticas em cursos de licenciatura e em programas de formação docente.
3. Produção de materiais pedagógicos: desenvolvimento de conteúdos educacionais, recursos didáticos e metodologias voltadas à educação climática.
4. Programas educacionais e projetos escolares: promoção de iniciativas pedagógicas voltadas à sustentabilidade e à adaptação climática nas escolas.
5. Articulação com políticas educacionais existentes: integração com programas educacionais e políticas estruturantes da educação brasileira.



▶ LINK

PROGRAMA DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS (PDCE)

O que é o PDCE?

O Programa Defesa Civil nas Escolas (PDCE) consiste em uma estratégia intersetorial da Educação e da Proteção e Defesa Civil voltada à construção de uma cultura de prevenção e à redução de riscos de desastres no ambiente escolar e em seu território. Trata-se de uma proposta que articula escola, comunidade e poder público para fortalecer capacidades de prevenção, preparação e resposta a emergências, promovendo a proteção de estudantes, profissionais da Educação e demais membros da comunidade.

No Brasil, não existe atualmente um Programa Defesa Civil nas Escolas instituído em âmbito federal. Ainda assim, desde a década de 2010, diversos estados e municípios vêm desenvolvendo iniciativas voltadas à incorporação da gestão de riscos e desastres no ambiente escolar. Essas experiências apresentam diferentes formatos, níveis de institucionalização e estratégias de implementação, refletindo as particularidades territoriais, institucionais e operacionais de cada contexto.

Embora adotem formatos distintos, as iniciativas de proteção e defesa civil nas escolas compartilham o objetivo de fortalecer a cultura de prevenção e a resiliência no ambiente escolar. Para isso, podem atuar em frentes distintas, como a Educação para a Redução de Riscos de Desastres, a gestão de riscos no ambiente escolar, a preparação para emergências e a mobilização da comunidade escolar, em consonância com os princípios da *Estrutura de Segurança Escolar Abrangente*.

Nesse sentido, o PDCE não deve ser compreendido como um modelo único ou padronizado, mas como um conjunto de abordagens que podem ser adaptadas à realidade de cada rede de ensino. Os programas podem incluir diferentes modalidades de atuação, como a integração curricular da temática, a oferta de atividades de sensibilização e formação, a avaliação de multiriscos, a elaboração de planos de contingência escolares, a formação de grupos escolares de prevenção e segurança, a criação de Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil (Nepdec's), a realização de simulados, a promoção de ações de mobilização comunitária e outras iniciativas voltadas ao fortalecimento da cultura de prevenção.

A experiência brasileira demonstra que essas modalidades podem ser implementadas de forma isolada ou combinada, conforme os objetivos e as capacidades de cada estado ou município. Em alguns casos, as ações são desenvolvidas de maneira integrada, articulando diferentes estratégias em um mesmo programa. O Programa Defesa Civil na Escola de Santa Catarina destaca-se como uma das experiências mais consolidadas do país nesse campo, ao combinar ações de educação, participação estudantil, gestão de riscos e preparação para emergências de forma contínua e institucionalizada.



Caso de destaque: o Programa Defesa Civil na Escola de Santa Catarina

O caso de Santa Catarina mostra que ações de proteção e defesa civil nas escolas podem evoluir de iniciativas pontuais para uma política contínua e estruturada. O diferencial do estado foi construir, ao longo do tempo, um programa com base pedagógica, apoio institucional, materiais didáticos próprios, formação de professores e critérios claros para adesão das escolas. A estratégia priorizou o fortalecimento do papel dos educadores e a integração do tema ao cotidiano escolar, contribuindo para ampliar a capilaridade, a sustentabilidade e a continuidade do programa.

Início e projeto-piloto

A origem do programa remonta a 2012, quando a equipe da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina iniciou discussões sobre formas de incorporar a temática da redução de riscos ao ambiente escolar. Esse movimento foi impulsionado pela Lei nº 12.608/2012, que estabeleceu a necessidade de promover medidas preventivas em escolas. A partir desse contexto, foi criado um grupo de trabalho dentro da própria estrutura estadual, com apoio de coordenadores regionais que já tinham alguma aproximação com ações educativas. Antes de definir o formato do programa, a equipe estudou experiências de outros lugares, incluindo referências do Japão, do Chile e de localidades brasileiras com iniciativas já existentes, como Campinas (SP).

Um dos pontos importantes do modelo catarinense foi a decisão de iniciar o programa de forma gradual, testando e aprimorando a metodologia antes de sua implementação em larga escala. Entre 2012 e 2013, a iniciativa começou com um projeto-piloto em três escolas estaduais, localizadas nos municípios de Xanxerê, Criciúma e Rio do Sul. Nessa etapa, foram avaliados o conteúdo, a carga horária, a forma de abordagem e a recepção das escolas e dos estudantes. O piloto também evidenciou a necessidade de produzir materiais próprios e ajustar a proposta às dinâmicas e necessidades do ambiente escolar. Os resultados positivos dessa experiência inicial fortaleceram a legitimidade da iniciativa e criaram as bases para sua ampliação e continuidade.

Da experiência-piloto à política pública estadual

Ao longo dos anos, o que começou como projeto-piloto foi se consolidando até se tornar uma política pública estadual. Em 2019, a iniciativa passou a ser formalmente reconhecida como programa. Houve, também, o fortalecimento da articulação com a Secretaria de Estado da Educação, fator decisivo para ampliar a adesão das escolas.

Esse processo ganhou novo impulso com a publicação do Decreto nº 1.382, de 24 de julho de 2021, que instituiu oficialmente o Programa Defesa Civil na Escola nas redes pública e privada de ensino em todo o território catarinense. O decreto definiu os objetivos do programa, o público-alvo, as formas de implementação e a capacitação dos professores na modalidade a distância, com carga horária de 80 horas, além de estabelecer prazos para implantação nas escolas. Com isso, o programa passou a contar com respaldo normativo e institucional mais sólido.

A regulamentação foi importante porque garantiu segurança, escala e sustentabilidade ao programa. Segundo Regina Panceri, gerente de Educação e Pesquisa da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina, a publicação do decreto elevou o patamar do Programa Defesa Civil na Escola, ao consolidar princípios que já vinham sendo construídos na prática, em especial a formação de professores e a valorização do seu papel no desenvolvimento interdisciplinar do conteúdo, bem como a definição do ano escolar para a implementação do programa (6º ou 7º ano do ensino fundamental).

Estrutura e funcionamento do programa

No modelo catarinense, o programa é voltado às escolas públicas estaduais, municipais e privadas que ofertam 6º ou 7º ano do ensino fundamental. A adesão ocorre por iniciativa da própria escola, que indica os professores participantes e desenvolve as atividades ao longo do ano letivo. Após a formação, os docentes passam a trabalhar o conteúdo relacionado à gestão de riscos e desastres em diferentes disciplinas, de forma transversal, interdisciplinar e conectada ao currículo escolar. O programa também conta com materiais pedagógicos específicos, como cadernos do professor e do aluno, orientações para os Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil (Nepdec's) e simulados. A proposta busca garantir que os estudantes participem de um processo educativo contínuo e integrado às disciplinas escolares.

Um dos principais aprendizados do modelo catarinense é que o programa foi estruturado para se consolidar no cotidiano escolar, e não como uma iniciativa eventual. Por isso, o processo de adesão prevê acordos de cooperação técnica com vigência de 60 meses, permitindo que as escolas tenham tempo para incorporar gradualmente a proposta aos seus projetos político-pedagógicos e às práticas curriculares ao longo de cinco anos. Essa estratégia contribui para fortalecer a sustentabilidade da iniciativa, reduzindo o risco de descontinuidade a cada mudança de gestão ou saída de profissionais específicos da unidade escolar.

Formação de professores e gestores municipais

O modelo de Santa Catarina não foi concebido para depender exclusivamente da atuação de agentes de Proteção e Defesa Civil nas escolas. Desde o início, a equipe reconheceu que esse formato teria alcance limitado e não seria viável em larga escala. Por isso, o caminho adotado foi capacitar professores para que eles mesmos incorporassem o tema da redução de riscos de desastres em suas próprias disciplinas e práticas pedagógicas. Essa decisão foi central para o sucesso do programa, pois permitiu que o tema passasse a fazer parte da rotina pedagógica da escola, aumentando as possibilidades de continuidade e institucionalização ao longo dos anos.

Atualmente, a capacitação ocorre em ambiente virtual, com carga de 80h, apoio de tutoria, encontros síncronos, materiais complementares e certificação. O formato de educação a distância (EaD) ganhou força durante a pandemia e contribuiu para ampliar o alcance do programa, permitindo capacitar um número maior de professores em diferentes regiões do estado. Além disso, a formação conta com o acompanhamento das coordenadorias regionais de Educação e de Proteção e Defesa Civil, fortalecendo o suporte técnico e pedagógico às escolas participantes.



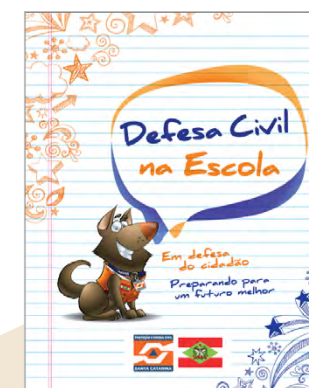
O papel do NEPDEC

No modelo de Santa Catarina, o Núcleo Escolar de Proteção e Defesa Civil (NEPDEC) é um dos grandes diferenciais. Trata-se de um grupo participativo formado no ambiente escolar para planejar, desenvolver e acompanhar ações de proteção e defesa civil. Seu objetivo é mobilizar estudantes, professores, gestores, famílias e comunidade para reconhecer riscos, prevenir acidentes e desastres, fortalecer a autoproteção e promover uma cultura de prevenção, cuidado e resiliência na escola e no seu entorno.

O NEPDEC funciona como espaço de continuidade das ações, protagonismo estudantil e formação de multiplicadores. Os estudantes que participam do programa podem seguir atuando no núcleo, apoiando campanhas, atividades educativas e exercícios simulados. Além disso, o NEPDEC fortalece a cultura de autoproteção e ajuda a manter o tema vivo na escola, inclusive com possibilidade de integração com outras estruturas e iniciativas já existentes.

Recursos técnico-pedagógicos

Santa Catarina investiu na produção de materiais próprios e na revisão periódica desses conteúdos, de modo que foram sendo readequados a partir das avaliações feitas por professores e estudantes e da experiência acumulada ao longo dos anos. Foram desenvolvidos diferentes recursos, como caderno do aluno, caderno do professor, materiais para os Nepdec's, simulados, videoaulas e tutoriais de adesão. A estratégia adotada buscou não apenas assegurar a disseminação de conteúdos sobre proteção e defesa civil, mas também garantir a adequação pedagógica, a aplicabilidade prática e a atratividade desses recursos para o contexto escolar. Esse cuidado contribuiu para o engajamento dos estudantes e para o fortalecimento do trabalho pedagógico dos docentes.



▶ LINK

Materiais de apoio

O programa conta com diferentes materiais para apoiar e orientar escolas, professores, estudantes e famílias no desenvolvimento das atividades de proteção e defesa civil.

- ▶ Tutorial para adesão.
- ▶ Projeto Pedagógico do Programa Defesa Civil na Escola.
- ▶ Caderno do Professor.
- ▶ Caderno do Aluno.
- ▶ Plano Emergencial Familiar.
- ▶ Caderno para Construção de Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil.
- ▶ Livros complementares.
- ▶ Outros materiais de apoio.

Lições aprendidas

A experiência de Santa Catarina demonstra que a implementação sustentável de ações de proteção e defesa civil no ambiente escolar requer mais do que iniciativas pontuais ou ações isoladas de sensibilização. A consolidação de uma política contínua e institucionalizada depende da articulação de diferentes elementos, entre eles: marco normativo e institucional claro; coordenação intersetorial entre a Educação e a Proteção e Defesa Civil; formação continuada de professores; disponibilização de materiais pedagógicos adequados; metodologias flexíveis; mecanismos de monitoramento e acompanhamento das escolas; e promoção do protagonismo estudantil.

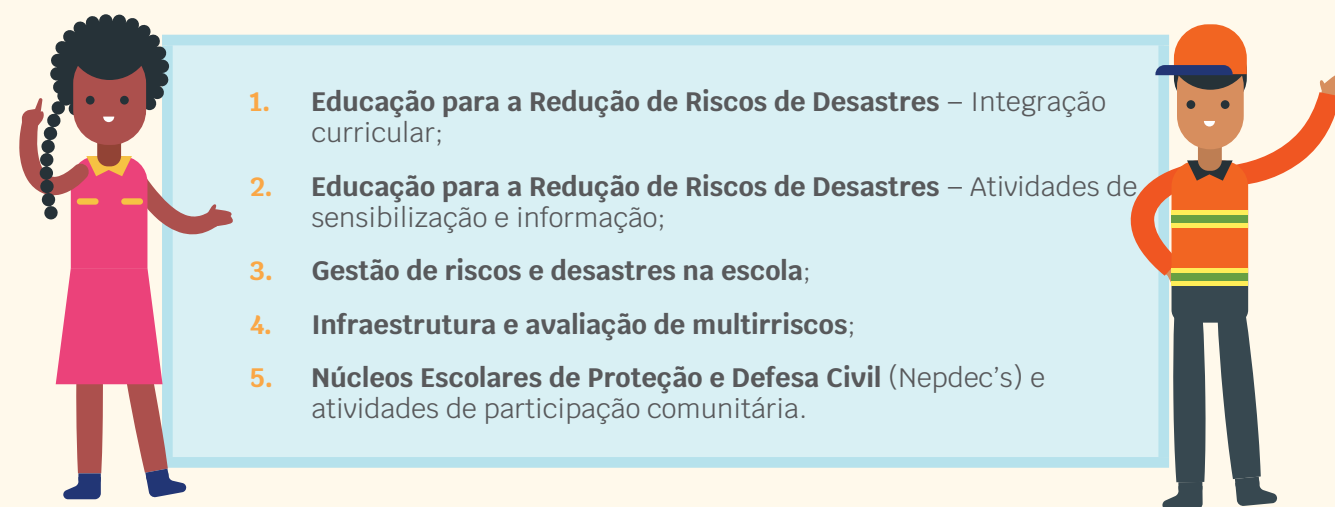
Outro aprendizado importante é a necessidade de uma implementação gradual e estruturada. O modelo catarinense evidencia que iniciar com projetos-piloto, avaliar os resultados, realizar ajustes e somente depois ampliar a iniciativa tende a ser mais eficaz do que expandir ações sem uma metodologia previamente testada.

Além disso, o reconhecimento da escola como ator estratégico na agenda de redução de riscos de desastres é um elemento-chave. O modelo desenvolvido em Santa Catarina reforça que a escola não deve ser compreendida apenas como espaço para ações eventuais de conscientização, mas como ambiente permanente de formação para a cultura de prevenção, autoproteção, resiliência e preparação comunitária. Nesse sentido, o Programa Defesa Civil na Escola de Santa Catarina demonstra que conteúdos e práticas relacionados à área de Proteção e Defesa Civil podem ser incorporados ao cotidiano escolar de maneira estruturada, pedagógica e transversal, fortalecendo a capacidade de crianças, adolescentes e comunidades para identificar riscos, adotar medidas preventivas e responder de forma mais segura a situações de emergência e desastre.

Ao integrar educação, prevenção, participação comunitária e fortalecimento institucional, a experiência catarinense constitui uma referência relevante para outros estados e municípios interessados em avançar na implementação de estratégias de Educação em Redução de Riscos de Desastres (ERRD) no âmbito das políticas públicas educacionais e de proteção e defesa civil.

MODALIDADES DE ATUAÇÃO DO PDCE

O Programa Defesa Civil nas Escolas (PDCE) pode ser desenvolvido de diferentes formas, conforme a realidade de cada município ou estado, da rede de ensino e da comunidade escolar. A partir do levantamento de programas e iniciativas já implementados no Brasil, e com base na Estrutura de Segurança Escolar Abrangente, da GADRRRES, e na proposta de Escolas Sustentáveis e Resilientes, do Cemaden, este *Guia de orientações* identificou cinco modalidades de atuação do PDCE, utilizadas para classificar e analisar as experiências existentes. São elas:



Além dessas, identificou-se uma categoria transversal denominada **Estratégias integradas ou multimodais**, que combina duas ou mais modalidades de atuação. Essa abordagem reconhece que as iniciativas mais abrangentes e sustentáveis tendem a articular diferentes dimensões da redução de riscos de desastres.

No entanto, cumpre destacar que qualquer esforço de sistematização é, também, um exercício de simplificação e pode não abordar a complexidade dos programas existentes na prática. Assim, reconhecemos que esta é uma das várias maneiras possíveis de apresentar o amplo e diverso conjunto de experiências do PDCE, e que algumas das iniciativas e recursos de apoio apresentados podem conter elementos de outras modalidades. Também vale ressaltar que este é um campo em constante evolução e que muitos dos programas e materiais serão atualizados ao longo dos próximos anos.

As distintas modalidades apresentadas mostram que não existe um único formato de implementação do PDCE. Ao contrário, o programa pode assumir configurações diversas, desde ações inseridas no currículo escolar até iniciativas práticas de preparação, participação comunitária e organização para emergências. Em comum, todas elas demandam a articulação entre os órgãos municipais ou estaduais de Educação e de Proteção e Defesa Civil e consideram a escola como instância central para a disseminação do conhecimento sobre gestão de riscos e desastres, contribuindo para fortalecer a cultura de prevenção e tornar as escolas espaços mais seguros e resilientes.



1. Educação para a Redução de Riscos e Desastres – Integração curricular

Definição

As atividades de integração curricular são aquelas diretamente vinculadas ao currículo escolar, aos componentes curriculares e às competências e habilidades previstas nos documentos orientadores da educação, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Integram o processo formal de ensino e aprendizagem e contribuem para o desenvolvimento dos objetivos educacionais definidos para cada etapa de ensino.

Na modalidade, a temática da proteção e defesa civil é incorporada ao projeto político-pedagógico da escola e ao planejamento pedagógico, passando a fazer parte das atividades regulares de ensino. Isso significa trabalhar em sala de aula temas como gestão de riscos e desastres, percepção de riscos, autoproteção, adaptação às mudanças climáticas, prevenção e resiliência por meio das disciplinas e demais componentes curriculares, de forma interdisciplinar ou transdisciplinar, com objetivos de aprendizagem claramente definidos e adequados à faixa etária dos estudantes.

Embora a implementação possa contar com a participação de profissionais da Proteção e Defesa Civil e de outras áreas de atuação, além de universidades e atores da comunidade, a modalidade tem como principal característica o protagonismo dos professores na condução das atividades em sala de aula e durante o horário escolar. Por essa razão, a formação inicial e continuada dos docentes constitui um elemento central para o sucesso da estratégia. É fundamental que os professores disponham de conhecimentos adequados sobre gestão de riscos e desastres, metodologias de ensino apropriadas e materiais alinhados ao currículo e às diferentes etapas de desenvolvimento dos estudantes.

Os exemplos apresentados a seguir incluem experiências estaduais e municipais que incorporaram a temática da gestão de riscos e desastres aos currículos de suas redes de ensino. Também são disponibilizados materiais pedagógicos de referência e cursos de formação, especialmente na modalidade de educação a distância, que podem apoiar gestores e professores interessados em implementar essa abordagem em suas escolas.



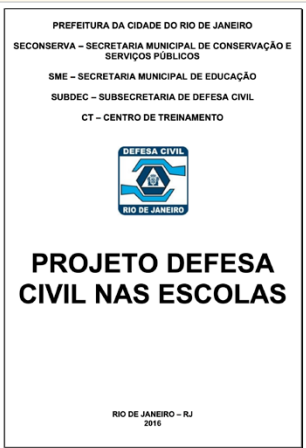
Experiências

Estado de Minas Gerais

Nome do programa ou iniciativa	► Projeto Defesa Civil nas Escolas – Programa Estadual de Autoproteção nas Escolas
Público-alvo	O foco principal é a comunidade escolar, especialmente estudantes da educação básica. O plano destaca crianças e jovens, e o material pedagógico atualmente apresentado foi desenvolvido de forma específica para o 4º ano do ensino fundamental, embora o programa seja pensado para se adaptar a diferentes etapas da educação básica. Também alcança professores, gestores, mediadores e agentes locais que atuam na implementação das ações.
Legislação	Lei Estadual nº 24.315/2023.
Objetivo	Promover uma cultura de prevenção, cidadania e autoproteção no ambiente escolar, formando estudantes mais conscientes, preparados e resilientes diante de riscos e desastres. O programa também busca universalizar a educação para a autoproteção nas escolas de Minas Gerais e integrar a redução de riscos à formação cidadã.
Metodologia	A proposta combina curricularização, atividades práticas e formação de multiplicadores. O projeto-piloto incluiu oficinas temáticas, simulações de evacuação e exercícios práticos em sala de aula, testando currículo unificado e metodologia de ensino. Na expansão, o programa prevê capacitação de multiplicadores, na modalidade a distância, com indicação de um pedagogo e um agente de Defesa Civil por localidade. O currículo trabalha temas como percepção de risco, medidas autoprotetivas, sistemas de alerta, rotas de fuga, pontos de encontro, planos de emergência e simulados periódicos.
Materiais de apoio	Os professores e mediadores recebem um conjunto estruturado de materiais. Entre eles estão o Manual do Mediador, o Caderno do Aluno, glossário, conteúdo programático por unidades temáticas, sugestões de atividades e estratégias de mediação, jogos didáticos, materiais complementares e recursos visuais. 

Município de Rio de Janeiro (RJ)

Nome do programa ou iniciativa	► Projeto Defesa Civil nas Escolas
Público-alvo	O projeto é realizado em escolas, universidades ou qualquer outra instituição de ensino, pública ou privada. No ambiente escolar, o destaque recai sobre professores, coordenadores pedagógicos e estudantes, especialmente dos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Em diferentes momentos, o programa já trabalhou com alunos do 4º, 5º e 6º anos, além de alcançar outros estudantes por meio dos simulados.
Legislação	Lei nº 6.554, de 25 de abril de 2019.
Objetivo	Incorporar de forma transversal ao currículo escolar conceitos de redução de riscos de desastres e acidentes, desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, com foco no aumento da resiliência comunitária dentro e fora das escolas da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, o projeto busca preparar a comunidade escolar para lidar com situações como chuvas intensas, alagamentos, inundações e deslizamentos, estimular a discussão do tema no ambiente familiar, promover noções básicas de primeiros socorros e incentivar uma cultura de prevenção.
Metodologia	O projeto integra currículo, formação docente e atividades práticas para promover a cultura de prevenção nas escolas. Ao longo do ano letivo, professores e coordenadores desenvolvem atividades interdisciplinares sobre proteção e defesa civil, percepção de riscos, primeiros socorros e combate a incêndios. A iniciativa inclui aulas ministradas por profissionais da Defesa Civil e da Cruz Vermelha Brasileira, atividades de mapeamento de riscos no entorno da escola e a realização de exercícios simulados de evacuação para situações de emergência.



► LINK

Recursos técnico-pedagógicos

Para apoiar as atividades curriculares, professores e escolas podem utilizar recursos pedagógicos já disponíveis, como os das experiências acima mencionadas e os desenvolvidos pelo Cemaden Educação e pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. Esses materiais ajudam a trabalhar os temas de forma prática, participativa e conectada com a realidade dos estudantes. Entre os recursos disponíveis do Cemaden Educação estão as Jornadas Pedagógicas em Educação em Redução de Riscos de Desastres (ERRD) e em Educação Ambiental Climática (EA Climática), além de projetos como o É Fogo e a coleção *Nós no Clima da Mudança: caminhos de educação e justiça climática*. Outros materiais, como o *SBG Educa*, do Serviço Geológico do Brasil, e a publicação *100 coisas para saber sobre riscos e desastres*, contribuem para abordar, em sala de aula, temas relacionados à percepção de riscos, ao monitoramento, à prevenção e à educação ambiental climática.

► Jornadas Pedagógicas – Cemaden Educação

Conjuntos de atividades educativas que ajudam escolas e professores a trabalhar com crianças e adolescentes temas relacionados aos riscos de desastres, às mudanças climáticas e à proteção do meio ambiente. As atividades podem ser aplicadas de forma flexível, de acordo com a realidade e o planejamento de cada escola. O material inclui orientações para professores, propostas de atividades e recursos de apoio. O Cemaden também oferece cursos de formação para capacitar os docentes para a utilização da metodologia (ver abaixo em *Cursos e Recursos técnico-pedagógicos ao professor > Cursos EaD – Cemaden*).



► LINK

► PluviPet+ App

Incentiva estudantes e comunidades a monitorar a chuva com pluviômetros artesanais e a registrar os dados em aplicativo, fortalecendo a ciência cidadã, a percepção de riscos e a prevenção de desastres no território.



► LINK

► A Terra Desliza

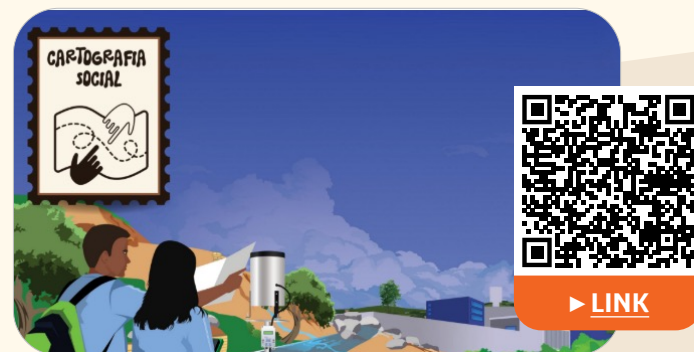
Auxilia estudantes e comunidades a compreender os movimentos de massa, identificar sinais de risco e desenvolver ações de monitoramento e prevenção de deslizamentos no território.



► LINK

► Cartografia Social

Orienta estudantes e professores na identificação e na compreensão dos riscos presentes no território onde vivem. Por meio da leitura e da elaboração de mapas, os participantes analisam ameaças, vulnerabilidades e fatores de proteção existentes na comunidade, desenvolvendo uma visão mais ampla sobre prevenção e redução de riscos de desastres.



► Bacia Escola

Por meio da identificação da bacia hidrográfica, propõe o mapeamento das vulnerabilidades e dos riscos hidrológicos e ambientais.



► É Fogo

Guia do Cemaden Educação que aborda fogo, território e justiça socioambiental por meio de atividades práticas, fortalecendo a cultura de prevenção, a leitura crítica do território e o protagonismo de estudantes, professores e comunidades na redução de riscos associados a queimadas e incêndios.

As atividades propostas envolvem desde cartografia social e histórias orais até debates sobre mudanças climáticas, impactos na saúde e estratégias de adaptação.



► Nós no Clima da Mudança

Coleção composta por três cadernos voltados para diferentes etapas da educação básica: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; anos finais do ensino fundamental; e ensino médio.

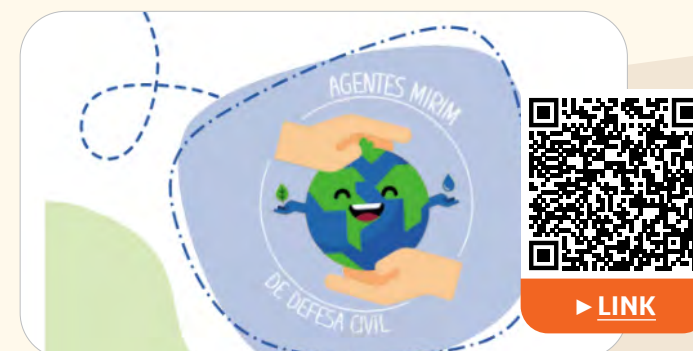
Com linguagem acessível e metodologias participativas, o material apoia educadores e estudantes na construção de projetos escolares sobre justiça climática, territórios saudáveis e redução de riscos de desastres. As propostas convidam escolas e comunidades a se tornarem protagonistas na transformação socioambiental, fortalecendo vínculos com o território e com o cuidado coletivo.

Associado à coleção, há também um curso sobre o tema voltado para educadores (ver abaixo em *Cursos e Recursos técnico-pedagógicos ao professor*).



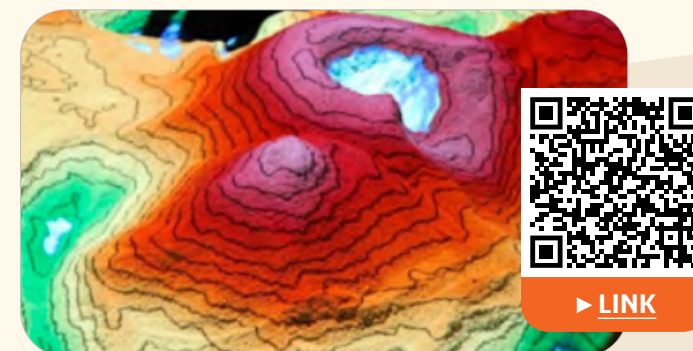
► Cartilha – Curso de Agente Mirim de Proteção e Defesa Civil

Publicação sobre mudanças climáticas, gestão de riscos e desastres, com foco na formação cidadã de crianças e adolescentes.



► Sandbox – Caixa de areia de realidade aumentada: uma poderosa ferramenta de ensino

A *Sandbox* combina uma caixa de areia real com topografia e água virtuais, permitindo aos usuários modelar diferentes relevos com a areia, na qual é projetado um mapa composto por cores de elevação, linhas de contorno topográficas e água simulada. O sistema é um excelente recurso pedagógico, por mostrar na prática conceitos geográficos, geológicos e hidrológicos.



Kits do Programa Defesa Civil na Escola de Santa Catarina

Kit da Escola: reúne materiais institucionais e pedagógicos para auxiliar na implantação do programa, como o Caderno Orientativo do NEPDEC e Simulados, o Caderno do Aluno, o Projeto Pedagógico, o *banner* do programa, a placa de identificação da escola participante e a mascote do programa, além de coletes do NEPDEC, entregues às escolas que formam o núcleo.

Kit do Professor: oferece suporte ao educador para desenvolver as atividades do programa em sala de aula e na comunidade escolar. É composto pelo Caderno do Professor, jaleco de Educador PDCE e agenda com caneta.

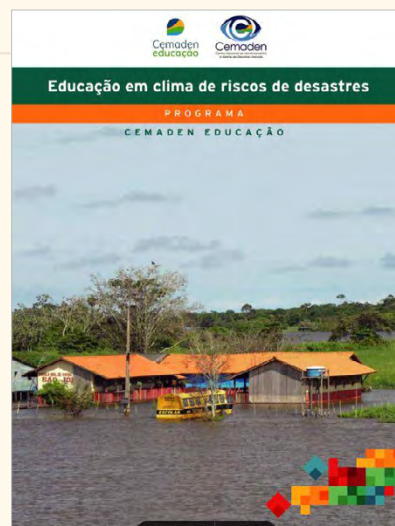


► LINK

Cursos e recursos técnico-pedagógicos ao professor

► Educação em clima de riscos de desastres

Publicação do programa Cemaden Educação que reúne conceitos, fundamentos e práticas voltadas à Educação para a Redução de Riscos de Desastres. O livro destaca a relação entre mudanças climáticas, vulnerabilidades socioambientais e prevenção, além de apresentar experiências do programa em escolas e redes parceiras, aspectos da abordagem da ciência cidadã, metodologias participativas e jornadas pedagógicas.



► LINK

► 100 coisas para saber sobre riscos e desastres

Com uma linguagem simples para o público geral, a obra apresenta conceitos fundamentais sobre riscos e desastres, como o de multirrisco. Aponta como a sociedade pode agir preventivamente e reforça o papel fundamental da ciência nesse processo. Pode ser usada como material complementar em sala de aula ou de suporte aos professores.



► LINK

► Cursos EaD – Cemaden

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) disponibiliza vários cursos EaD que podem complementar as Jornadas Pedagógicas e demais materiais apresentados anteriormente.



Educação Ambiental Climática e Redução de Riscos de Desastres

O curso oferece formação sobre mudança climática, sustentabilidade, vulnerabilidades, desastres socioambientais e percepção de risco nos territórios, bem como estratégias de prevenção, redução e adaptação. Informa os participantes a respeito das políticas públicas sobre o tema e desenvolve competências para analisar contextos locais, ação comunitária e educação para a construção de territórios mais resilientes.



► LINK



Atividades de Ciência Cidadã e Participativa

No curso, são apresentados fundamentos teóricos, metodológicos e práticos para ações de monitoramento e percepção de riscos de desastres no ambiente escolar e comunitário. Ao longo da formação, os participantes aprendem conceitos e desenvolvem produtos e práticas para a prevenção e a redução de riscos com o engajamento da comunidade escolar em processos de cuidado territorial. Inclui módulos sobre três Jornadas Pedagógicas do Cemaden: *A Terra Desliza*, *Pluvipet+ App* e *Bacia Escola*.



► LINK



Atividades de Ciência Participativa

O curso apresenta como integrar práticas educativas e metodologias participativas para reduzir riscos de desastres em contextos escolares e comunitários. Para isso, aborda os fundamentos de cartografia social e história oral e orienta sobre como analisar a vulnerabilidade escolar. Além disso, explora a jornada *Com-Vidação* como processo investigativo e mobilizador para fortalecer a leitura do território e a ação coletiva. Inclui módulos sobre quatro jornadas pedagógicas do Cemaden: *Cartografia Social*, *História Oral*, *Nossa Escola é Vulnerável* e *Com-Vidação*.



► LINK



Nós no Clima da Mudança: caminhos de educação e justiça climática

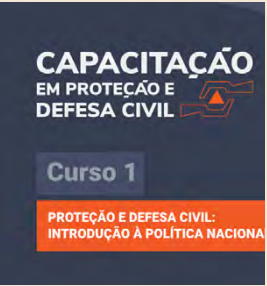
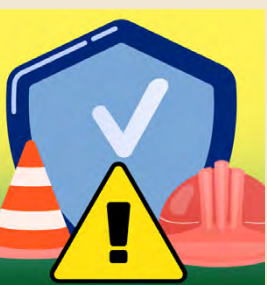
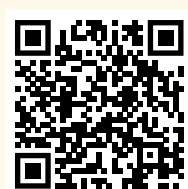
Ofertada pela plataforma Educamb, do MMA, a formação articula educação ambiental, justiça climática e redução de riscos de desastres. Ao longo dos módulos, são apresentados conceitos fundamentais e metodologias participativas que fortalecem o protagonismo estudantil, a escuta ativa, o cuidado com os territórios e a regeneração das relações entre pessoas e natureza. O curso tem carga horária de 20h e é ofertado periodicamente.



► LINK

► Cursos EaD sobre proteção e defesa civil

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) disponibiliza várias capacitações em gestão de riscos e desastres. Ainda que não sejam voltados para a comunidade escolar, os cursos podem ser realizados como formação complementar, sendo abertos e com carga horária variada.

	Proteção e Defesa Civil: introdução à Política Nacional – Curso 1 Apresenta conteúdo introdutório sobre a Proteção e Defesa Civil no Brasil e conceitos preliminares.	 ► LINK
	Programa Proteção e Defesa Civil – Gestão de Riscos O programa contém seis cursos sobre gestão de riscos de desastres (GRD), suas diretrizes e aplicabilidade. Os procedimentos adotados nessa abordagem visam preparar, prevenir e mitigar as situações de riscos e desastres.	 ► LINK
	Programa Proteção e Defesa Civil – Gestão de Desastres O programa inclui seis cursos sobre gestão de desastres, abordando seus principais conceitos e fases. Apresenta as medidas iniciais, as ações práticas de resposta, os órgãos envolvidos e os procedimentos de recuperação social e de reconstrução, orientando também sobre quando decretar uma situação de anormalidade e solicitar recursos de suporte.	 ► LINK

► Educomunicação e clima: Precisamos conversar sobre a emergência climática

Disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (AVAMEC), o curso autoinstrucional tem como objetivo ampliar e melhorar a educação sobre mudanças climáticas nas escolas. É uma iniciativa do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo.



Educomunicação e Clima:
Precisamos conversar sobre emergência climática nas escolas

USP UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



► LINK



2. Educação para a Redução de Riscos de Desastres – Atividades de sensibilização e informação

Definição

As ações enquadradas nesta modalidade têm como objetivo complementar a formação dos estudantes e fortalecer conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à prevenção, à autoproteção, à cidadania e à redução de riscos de desastres, promovendo a compreensão crítica do território, o diálogo entre diferentes saberes e a participação ativa dos estudantes.

Entre as atividades, podem ser incluídas palestras, oficinas, visitas técnicas, campanhas de conscientização, feiras temáticas, simulados, atividades lúdicas e recreativas, entre outras iniciativas voltadas à promoção de uma cultura de prevenção e segurança no ambiente escolar, valorizando experiências, conhecimentos científicos e saberes construídos no cotidiano das comunidades.

Diferentemente das atividades de integração curricular, que são conduzidas principalmente pelos professores no âmbito do processo de ensino e aprendizagem, as atividades de sensibilização e informação podem contar com a participação de diversos atores, como profissionais da Proteção e Defesa Civil, bombeiros, ativistas, lideranças comunitárias, além de universidades, organizações da sociedade civil e outros parceiros. No entanto, essas ações devem ser planejadas de forma articulada com a escola e com a rede de ensino, considerando o contexto local, as necessidades dos estudantes e os objetivos pedagógicos da instituição. Além disso, recomenda-se que não sejam iniciativas isoladas ou pontuais, mas que integrem uma estratégia contínua de educação para a prevenção, com planejamento, acompanhamento e conexão com outras ações desenvolvidas pela comunidade escolar.

Uma boa forma de planejar essas atividades é aproveitar datas comemorativas e eventos temáticos já presentes no calendário escolar, como a Semana do Meio Ambiente, o Dia Mundial da Água, o Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres, a Semana Nacional de Proteção e Defesa Civil e outras iniciativas relacionadas à sustentabilidade, ao clima e à cidadania. Esses momentos podem servir como oportunidade para mobilizar estudantes, famílias e comunidades, ampliar a visibilidade do tema e fortalecer a integração das ações de prevenção e redução de riscos ao projeto pedagógico da escola.



Experiências

Estado de Pernambuco

Nome do programa ou iniciativa:	► Peça teatral educativa <i>Lixo no Lixo</i>
Público	Volta-se ao público infantil, com realização das atividades em escolas públicas estaduais e municipais e em outras instituições de ensino.
Legislação	Não há lei ou decreto específico.
Objetivo	Conscientizar, de forma lúdica, o público infantil sobre o destino correto do lixo, como estratégia para minimizar ou evitar adversidades relacionadas a alagamentos e movimentos de massa. A prática também busca promover o aprendizado de forma descontraída e incentivar as crianças a atuarem como multiplicadoras do conhecimento em suas residências e comunidades.
Metodologia	 ► LINK A dinâmica ocorre por meio de uma peça teatral educativa apresentada nas escolas e outras instituições de ensino. Os próprios agentes da Proteção e Defesa Civil participam da encenação.

Município de São Paulo (SP)

Nome do programa ou iniciativa	► Programa Defesa Civil nas Escolas – Olimpíada do Conhecimento em Proteção e Defesa Civil
Público	O público-alvo do programa é amplo e inclui estudantes, professores, gestores escolares e equipes das unidades educacionais. As ações já foram realizadas em escolas municipais, estaduais e particulares, com atividades para diferentes faixas etárias, do ensino fundamental ao ensino médio e educação de jovens e adultos. Na Olimpíada do Conhecimento, a atuação tem se concentrado sobretudo em turmas do 5º ano, embora também já tenha ocorrido nos anos finais do ensino fundamental.
Legislação	Decreto nº 58.199/2018.
Objetivo	Promover a cultura de prevenção, ampliar a compreensão sobre riscos e autoproteção e fortalecer a formação cidadã de estudantes e educadores, especialmente em escolas localizadas próximo a áreas de risco.
Metodologia	Atualmente, a ação contínua mais estruturada é a Olimpíada do Conhecimento em Proteção e Defesa Civil, iniciada em 2024 com metodologia própria da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC). A iniciativa envolve encontros com as turmas, capacitação prévia de educadores, apresentação de conteúdos sobre riscos, prevenção e autoproteção, além de atividades pedagógicas e dinâmicas lúdicas, como gincanas e jogos autorais. A Olimpíada promove a competição entre turmas de forma educativa e participativa, estimulando o protagonismo dos estudantes, o trabalho em equipe, a tomada de decisão e a compreensão sobre a atuação integrada dos órgãos de resposta.
Materiais de apoio	O município utiliza materiais pedagógicos próprios, elaborados pela COMPDEC, para apoiar as ações de Defesa Civil na Escola e a Olimpíada do Conhecimento em Proteção e Defesa Civil. Também são utilizadas apresentações educativas com linguagem simples e ilustrações, voltadas à autoproteção, à cultura de prevenção e à cidadania, além de materiais de gincana e dinâmicas lúdicas adaptadas à faixa etária dos estudantes.  ► LINK 

Município de Nova Iguaçu (RJ)

Nome do programa ou iniciativa	► Projeto Defesa Civil nas Escolas
Público	É voltado para escolas municipais e atende crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias, desde a creche até os anos finais do ensino fundamental. Também envolve professores, diretores, funcionários e famílias.
Legislação	Não tem lei ou decreto específico.
Objetivo	Preparar a comunidade escolar para reconhecer riscos e responder de forma organizada a situações de emergência. A proposta busca fortalecer a percepção de risco de crianças, adolescentes e profissionais da escola, além de orientar sobre segurança no ambiente escolar e no cotidiano familiar e comunitário.
Metodologia	A metodologia é organizada em uma semana de atividades em cada escola. Primeiro, a equipe da Defesa Civil realiza uma vistoria da unidade escolar, identifica situações de risco e aponta melhorias para a segurança do prédio. Em seguida, promove encontros com pais, professores, diretores e funcionários, para explicar o projeto e alinhar a participação de todos. Depois ocorrem as oficinas com os alunos, nas quais são abordados temas como funcionamento da Defesa Civil, pluviômetro, chuva, inundação, alagamento, deslizamento, acidentes domésticos, primeiros socorros e cuidados no dia a dia. Ao final da semana, a escola realiza um simulado de desocupação, que encerra o processo formativo.

Município de Belo Horizonte (MG)

Nome do programa ou iniciativa	► Programa Defesa Civil na Escola
Público	O projeto é voltado, prioritariamente, a estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede municipal de Belo Horizonte e a alunos do 1º ano do ensino médio de escolas estaduais, especialmente aquelas localizadas em áreas de risco ou em seu entorno.
Legislação	Lei nº 11.617, de 7 de dezembro de 2023.
Objetivo	Estimular uma cultura de proatividade da comunidade escolar, fundada na autoproteção e proteção comunitária, para o permanente enfrentamento das ameaças e vulnerabilidades, considerando a realidade local e o contexto de risco em que cada escola está inserida. Dessa forma, o programa prepara estudantes e educadores para serem multiplicadores de boas práticas, rumo à consolidação de uma cidade resiliente.
Metodologia	Combina momentos teóricos e atividades práticas, como palestras, peças teatrais, oficinas, simulações, uso de mapas, atividades de percepção de risco e noções básicas de primeiros socorros. Ao final do processo, os estudantes recebem certificação e o título de Agente Mirim de Defesa Civil.

Outros programas com atividades de sensibilização, informação e formação foram identificados nos municípios de:

- Angra dos Reis (RJ): Projeto Agente Jovem da Defesa Civil;
- Aracaju (SE): Projeto Defesa Civil nas Escolas;
- Campina Grande (PB): Programa Defesa Civil nas Escolas;
- Curitiba (PR): Conhecer para Prevenir;
- Gaspar (SC): Programa Defesa Civil nas Escolas;
- Goiana (PE): Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil nas escolas;
- Gramado (RS): Gramado sem riscos: Jovens pela prevenção;
- Joinville (SC): Programa Defesa Civil na Escola;
- Juiz de Fora (MG): Preservação: aprendendo com a Defesa Civil de Juiz de Fora (MG);
- Laranjal do Jari (AP): Defesa Civil na escola: Aprender para viver;
- Manaus (AM): Programa Defesa Civil nas Escolas – Defensor Comunitário;
- Olinda (PE): Projeto Defesa Civil nas Escolas;
- Osasco (SP): As Aventuras de Zeus e seus Amigos em Osasco;
- Senador Canedo (GO): Projeto Defesa Civil na Escola.

Em nível estadual, foi identificado no Amazonas o Programa Defesa Civil nas Escolas. Além dessas experiências, novas iniciativas continuam surgindo em diferentes regiões do país, evidenciando o crescente reconhecimento da importância da educação para a prevenção, a autoproteção e a construção de comunidades mais resilientes aos riscos e desastres.

Recursos técnico-pedagógicos

As atividades lúdicas são uma estratégia importante para aproximar crianças, adolescentes e educadores de temas como percepção de risco, prevenção, preparação e resposta a desastres. Para apoiar as atividades de sensibilização e informação, os materiais apresentados na seção anterior podem ser integral ou parcialmente utilizados. Além deles, destacam-se alguns jogos, recursos multimídia e cartilhas.

► Jogos interativos do Cemaden Educação

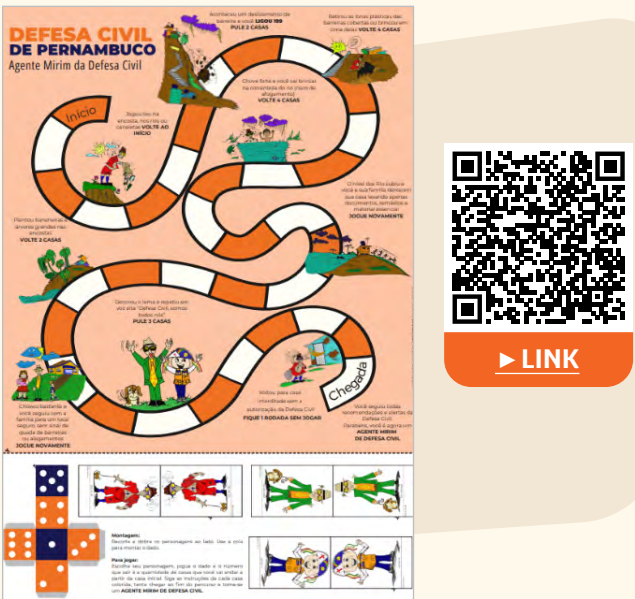
Ferramentas lúdicas como tabuleiros, cartas e quizzes são utilizadas visando à conscientização sobre mudanças climáticas e prevenção de desastres. Entre os materiais disponíveis, alguns podem ser baixados gratuitamente e replicados em sala de aula:

Jogo	Tema
Na Trilha do Risco	Mudanças climáticas, riscos socioambientais, prevenção e mitigação em diferentes regiões do Brasil.
Trilha para um Novo Clima	Mudanças climáticas e sensibilização ambiental.

Jogo	Tema
Jogo das causas de deslizamentos	Fatores que contribuem para deslizamentos, como chuva forte, inclinação do terreno, desmatamento e ocupação.
Akauana	Bacias hidrográficas, gestão das águas, participação comunitária e educação ambiental.

► **Jogo Educativo – Agente Mirim da Defesa Civil**

Em Pernambuco, a Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil criou o jogo de tabuleiro *Agente Mirim da Defesa Civil*, que ensina crianças sobre prevenção e redução de riscos de desastres associados às chuvas. Durante o percurso, os participantes identificam atitudes seguras e inseguras relacionadas a situações como alagamentos, deslizamentos e inundações. De forma lúdica, o jogo promove a cultura de prevenção e incentiva as crianças a compartilharem esse conhecimento com suas famílias e comunidades.



► **Vida em Jogo**

No município do Rio de Janeiro (RJ), o *Vida em Jogo* é utilizado no Programa Defesa Civil nas Escolas para ensinar prevenção de riscos de forma lúdica e participativa. Voltado para crianças e adolescentes, o jogo de tabuleiro utiliza cartas que relacionam comportamentos e consequências, estimulando a reflexão sobre atitudes seguras. Os temas abordam desastres como alagamentos, deslizamentos, incêndios e afogamentos, além da importância dos sistemas de alerta, fortalecendo a cultura de prevenção no ambiente escolar.



3. Gestão de riscos e desastres na escola

Definição

A gestão de riscos e desastres na escola compreende o conjunto de processos, mecanismos e instrumentos voltados à prevenção, à preparação, à resposta e à recuperação diante de situações de emergência e desastre que possam afetar a comunidade escolar. Seu objetivo é fortalecer a capacidade institucional da escola para identificar riscos, planejar ações, organizar responsabilidades, estabelecer protocolos e promover uma resposta coordenada e segura diante de eventos adversos.

A modalidade tem como foco a **gestão escolar** e a organização dos processos necessários para garantir a proteção de estudantes, profissionais da Educação e demais membros da comunidade escolar, bem como a continuidade das atividades educacionais. Entre as ações que podem compor essa modalidade estão a elaboração e a atualização de planos de contingência escolares, a definição de protocolos de evacuação e comunicação, a realização de simulados, a organização de brigadas ou grupos escolares de prevenção e segurança e a articulação com os órgãos locais de Proteção e Defesa Civil.

O **plano de contingência escolar** constitui um dos principais instrumentos dessa modalidade. Elaborado a partir dos riscos identificados no território e no ambiente escolar, estabelece procedimentos, responsabilidades, fluxos de comunicação e medidas de preparação e resposta para diferentes cenários de emergência. Sua função é orientar a atuação da escola antes, durante e após um desastre, contribuindo para a proteção da vida, a redução de danos e a retomada das atividades educacionais.

As **brigadas escolares**, os **grupos de prevenção e segurança** ou estruturas similares também integram a modalidade. Essas equipes atuam no apoio à implementação das ações de gestão de riscos, na disseminação de informações preventivas, na organização de simulados e na mobilização da comunidade escolar para a construção de uma cultura de prevenção.

A implementação dessa modalidade deve envolver a equipe gestora da escola e contar, sempre que possível, com a participação de professores, estudantes, funcionários, famílias e representantes da comunidade. Deve também ser desenvolvida em articulação com os órgãos de Proteção e Defesa Civil e demais instituições responsáveis pela gestão de riscos e desastres no território, assegurando que os procedimentos, protocolos e planos escolares estejam alinhados às estratégias locais de prevenção, preparação, resposta e recuperação. Além de fortalecer a preparação institucional da escola, esse processo contribui para o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas para a gestão de riscos e desastres e para a integração da comunidade escolar aos sistemas locais de proteção e defesa civil.



Experiências

Estado do Paraná

Nome do programa ou iniciativa	► Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola
Público-alvo	O programa é voltado aos profissionais e estudantes da rede estadual de ensino do Paraná. Em termos operacionais, a formação direta recai principalmente sobre professores e demais servidores da escola, que passam a atuar como brigadistas escolares e condutores dos procedimentos de evacuação e resposta inicial.
Legislação	Lei Estadual nº 18.424/2015 e Decreto Estadual nº 4.587/2016.
Objetivo	Preparar de forma permanente a comunidade escolar para situações de emergência ou estado de calamidade pública, com foco em prevenção, resposta inicial e segurança das edificações escolares.
Metodologia	O programa é desenvolvido por meio da parceria entre a Educação, a Proteção e Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, com foco em três eixos: formação de brigadistas escolares, realização de simulados de evacuação e adequação das escolas às normas de segurança. Cada escola mantém uma brigada formada por servidores capacitados por meio de uma formação em duas etapas: um curso EaD (60h) sobre temas como defesa civil, plano de abandono, combate a incêndios e primeiros socorros, seguido de treinamento presencial conduzido pelo Corpo de Bombeiros (9h). Após a formação, as unidades realizam exercícios simulados, organizam seus procedimentos de emergência e mantêm os equipamentos e sinalizações de segurança exigidos. As escolas que atendem aos requisitos estabelecidos recebem um Certificado de Conformidade.
Materiais de apoio	O Programa Brigadas Escolares utiliza um conjunto de materiais institucionais e didáticos para orientar a formação da comunidade escolar, incluindo folder institucional, cadernos do cursista, cartilhas e documentos técnicos sobre defesa civil, abandono emergencial de edificações escolares, prevenção e segurança contra incêndios e pânico, combate a princípios de incêndio e primeiros socorros. ► LINK

Recursos técnico-pedagógicos

Além dos conteúdos indicados anteriormente, existem outras publicações e ferramentas que podem subsidiar a elaboração ou a atualização de planos de contingência escolares, algumas das quais são apresentadas a seguir.

► **Plano de contingência multirriscos, de Santa Catarina**

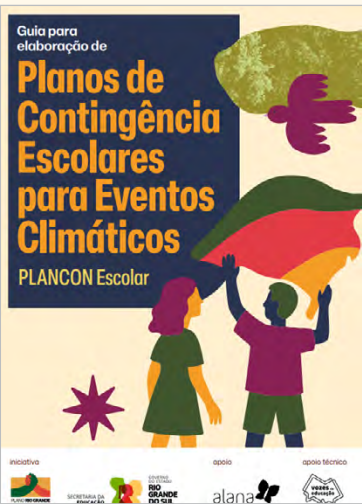
Publicado em 2026, o *Plancon Edu-Multirriscos: Plano de contingência multirriscos para unidades educativas do estado de Santa Catarina* é um instrumento estruturado com o objetivo de preparar instituições de ensino (de creches a universidades) para responder de forma organizada a situações de emergência e desastres.



► LINK

► **Planos de contingência escolares para eventos climáticos, do Rio Grande do Sul**

Inserido na Estratégia Gaúcha para Escolas Resilientes, o *Guia para elaboração de planos de contingência escolares para eventos climáticos – Plancon Escolar* é destinado a auxiliar as escolas na gestão de riscos e desastres socioambientais. Ele foi elaborado para apoiar a construção de caminhos que tornem as escolas mais preparadas para enfrentar, responder e se recuperar das adversidades, com o cuidado e a força que esses momentos exigem.



► LINK

► **Plancon Escolar do estado de São Paulo**

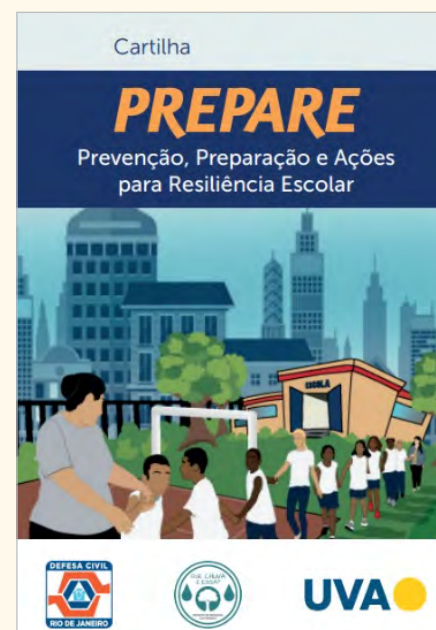
No âmbito do Programa Escola + Segura, o *Plancon Escolar* busca fortalecer a percepção de riscos e a preparação de profissionais e estudantes da rede estadual. A iniciativa orienta a elaboração de planos de contingência e ações de prevenção, capacitação e simulados, em alinhamento com diretrizes da ONU, da campanha Construindo Cidades Resilientes 2030 (MCR2030) e do Programa Estadual de Prevenção de Desastres e Redução de Riscos.



► LINK

► Cartilha PREPARE: Prevenção, Preparação e Ações para Resiliência Escolar

Elaborada pela Defesa Civil do município do Rio de Janeiro (RJ), a *Cartilha PREPARE* tem como objetivo desenvolver e aplicar, em unidades escolares, creches e afins, ações de segurança para adoção de medidas de prevenção, mitigação e preparação, bem como ações de resposta dinâmicas, seguras e organizadas, visando evitar ou reduzir os danos materiais e humanos decorrentes de chuvas intensas.



► LINK

► Educação e Emergências Climáticas

Série de cinco cadernos que propõem soluções estruturadas e práticas para apoiar as redes de ensino na preparação e resposta aos impactos da crise climática na educação. Embora elaborada a partir da realidade da Amazônia Legal, a coleção tem aplicabilidade nacional e busca apoiar gestores públicos, redes de ensino e educadores na construção de sistemas educacionais mais resilientes frente aos desafios climáticos.

A coleção inclui os seguintes volumes:

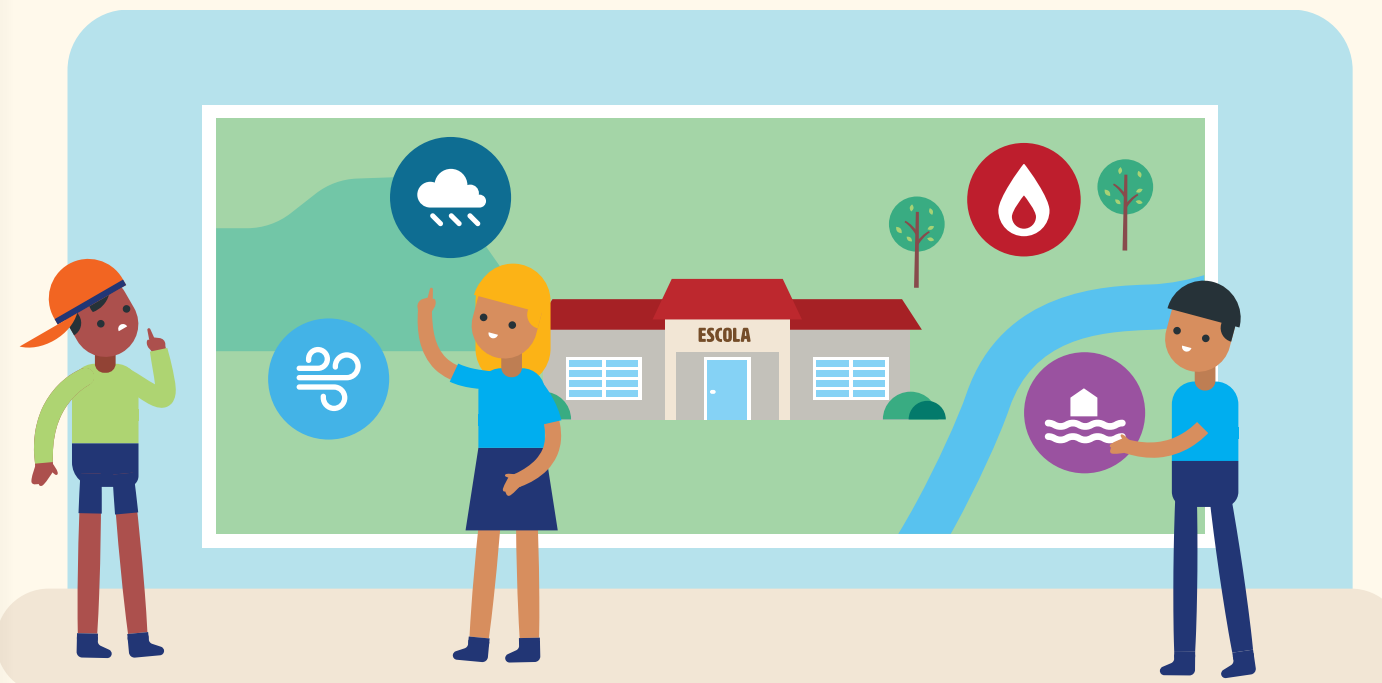
- [Caderno 1 - Fundamentos conceituais](#)
- [Caderno 2 - Logística e infraestrutura](#)
- [Caderno 3 - Acolhimento e apoio psicológico](#)
- [Caderno 4 - Comunicação em contextos de crise](#)
- [Caderno 5 - Continuidade pedagógica e recomposição das aprendizagens](#)



► LINK



4. Infraestrutura e avaliação de multiriscos



Definição

A modalidade reúne ações voltadas à identificação, à análise e à redução dos riscos que podem afetar a infraestrutura escolar e seu entorno. Seu objetivo é garantir que os espaços educacionais sejam mais seguros, resilientes e adequados para proteger estudantes, profissionais da Educação e demais usuários diante de diferentes ameaças naturais, tecnológicas ou socioambientais.

A avaliação de multiriscos consiste em um processo sistemático de identificação e análise das ameaças, vulnerabilidades e capacidades existentes no ambiente escolar e em seu território. Esse processo pode incluir o mapeamento de áreas sujeitas a inundações, deslizamentos, incêndios, ondas de calor, secas, vendavais ou outros eventos adversos, bem como a avaliação das condições de acessibilidade, segurança estrutural, rotas de evacuação, sistemas de drenagem, abastecimento de água, saneamento e demais elementos da infraestrutura escolar.

Os resultados da avaliação subsidiam a definição de medidas para reduzir riscos e aumentar a segurança da escola. Essas medidas podem envolver adequações na infraestrutura, melhorias nos sistemas de proteção e segurança, intervenções no ambiente físico, sinalização de rotas de fuga, adaptação de espaços para situações de emergência e incorporação de critérios de resiliência no planejamento e na manutenção das edificações escolares.

Além de apoiar a tomada de decisão sobre investimentos e melhorias físicas, a avaliação de multiriscos contribui para orientar outras estratégias de redução de riscos de desastres, incluindo a elaboração de planos de contingência, o desenvolvimento de atividades educativas e o fortalecimento da articulação entre a escola e os órgãos responsáveis pela gestão de riscos no território.

Por essa razão, a infraestrutura escolar e a avaliação de multiriscos devem ser entendidas como componentes complementares e permanentes da construção de escolas seguras, resilientes e preparadas para enfrentar os desafios decorrentes dos desastres e das mudanças climáticas.

Experiências

Município de Campinas (SP)

Nome do programa ou iniciativa	► Escola Integral Segura, articulada à avaliação de multiriscos
Público	A estratégia alcança escolas estaduais e municipais, considerando tanto a unidade escolar quanto seu entorno territorial. O trabalho envolve a comunidade escolar e, ao mesmo tempo, diferentes setores da gestão pública, especialmente Educação, Saúde, Assistência Social e Defesa Civil.
Legislação	Lei Municipal nº 9310/1997.
Objetivo	A proposta tem como objetivo integrar educação, gestão de riscos e políticas públicas em uma lógica contínua de resiliência urbana. Para isso, busca identificar os riscos que afetam cada escola e seu entorno, reconhecer os grupos em situação de vulnerabilidade e orientar ações mais efetivas de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, de acordo com a realidade local.
Metodologia	A dinâmica não segue um modelo único e padronizado. Em Campinas, as ações nas escolas são definidas a partir de diagnósticos territoriais de multiriscos, construídos com base no cruzamento de informações sobre áreas de risco, saúde, infraestrutura urbana e vulnerabilidades sociais. Cada escola recebe orientações e treinamentos ajustados aos riscos predominantes em seu território. Assim, escolas em áreas sujeitas a inundação recebem abordagens diferentes daquelas localizadas em áreas com risco sanitário ou tecnológico. A governança é apoiada pelo Centro de Operações Integradas, que reúne diferentes órgãos para discutir riscos e definir estratégias conjuntas. Como suporte para a identificação de lacunas, fragilidades e prioridades de ação, o município utiliza um <i>scorecard</i> (cartão de pontuação) específico da educação, baseado no Scorecard de Resiliência da ONU.
Materiais de apoio	Entre os recursos utilizados estão: óculos Meta, robô quadrúpede, fantoches, boneca de ressuscitação, drones de última geração e <i>scorecards</i> voltados para a educação e para pessoas com deficiência, entre outros materiais e tecnologias.

Recursos técnico-pedagógicos

As Jornadas Pedagógicas do Cemaden *Nossa Escola é Vulnerável*, *Bacia Escola*, *Cartografia Social* e *A Terra Desliza* (apresentadas na seção sobre integração curricular) podem apoiar processos participativos de identificação e análise de riscos envolvendo estudantes e professores, contribuindo para a compreensão dos riscos a partir da percepção e da experiência da comunidade escolar.

Além dessas jornadas, outros materiais podem servir de suporte para a avaliação de multiriscos e para a adequação da infraestrutura escolar.

v

► **Educação e Emergências Climáticas – Volume 2: Logística e Infraestrutura**

O segundo volume da série *Educação e Emergências Climáticas* visa auxiliar gestores na construção de diretrizes que fortaleçam a infraestrutura escolar e assegurem o direito à educação em contextos climáticos adversos. Volta-se, especialmente, à promoção da segurança dos ambientes e à continuidade das ações em contextos de exceção e eventual interrupção de atividades escolares. Elaborado com base na realidade da Amazônia Legal, tem aplicabilidade para outros contextos e territórios.



v

► **Educação baseada na Natureza: um guia para escolas mais verdes e resilientes**

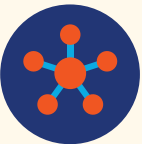
O material orienta sobre a adaptação de escolas e creches aos impactos das mudanças climáticas. Voltado a gestores públicos, equipes escolares e profissionais de infraestrutura, apresenta soluções simples, eficazes e baseadas na natureza para tornar os espaços mais verdes, ventilados e permeáveis. A proposta é melhorar o conforto térmico, reduzir riscos e fortalecer as condições de ensino e aprendizagem, com orientações que podem ser aplicadas de forma gradual, conforme a realidade de cada unidade escolar.



► **Nossa Escola é Vulnerável?**

Apoia estudantes, professores e gestores na identificação e análise dos riscos que podem afetar a escola. As atividades estimulam a observação do ambiente escolar, a identificação de ameaças externas e internas, a avaliação das condições de segurança da infraestrutura e a elaboração de representações simples dos riscos encontrados.





5. Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil (Nepdec's) e atividades de participação comunitária

Definição

Os Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil (Nepdec's) são espaços permanentes de participação e protagonismo estudantil voltados à promoção da cultura de prevenção, da cidadania e da redução de riscos de desastres no ambiente escolar e na comunidade. Inspirados em experiências como os grêmios estudantis e os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdec's), os Nepdec's buscam envolver crianças, adolescentes e jovens na identificação de problemas, na construção de soluções e na mobilização da comunidade para tornar os territórios mais seguros e resilientes.

A proposta dos Nepdec's é que todos da comunidade escolar – em especial, os estudantes – possam identificar riscos, pensar soluções, planejar ações e fortalecer a cultura de autoproteção, solidariedade e resiliência dentro da escola e no território onde ela está inserida. Para isso, eles se constituem como instâncias permanentes de organização e participação da comunidade escolar. Seu foco está no fortalecimento da liderança estudantil, na promoção do diálogo entre escola e comunidade e no incentivo à participação de crianças e adolescentes nos processos de gestão de riscos e desastres que afetam seu território.

Os núcleos podem desenvolver atividades diversas, como campanhas de conscientização, ações de comunicação comunitária, mapeamento participativo de riscos, monitoramento ambiental, mobilização para simulados, apoio a iniciativas de preparação da escola e articulação com órgãos de Proteção e Defesa Civil, Nupdec's, associações comunitárias e outros atores locais. As atividades realizadas variam de acordo com a realidade de cada escola e território, mas têm em comum o fortalecimento da participação social e do engajamento juvenil.

Para implementar o NEPDEC, recomenda-se que a escola conte com o apoio da gestão escolar, de professores facilitadores e das famílias, garantindo espaços regulares para encontros, planejamento e realização das atividades. O núcleo pode ser organizado com estudantes em funções de liderança, como presidente, vice-presidente, secretário e responsável pela comunicação, sempre com o acompanhamento da direção e dos educadores. Sua integração ao projeto pedagógico da escola fortalece a participação estudantil e transforma os alunos em protagonistas da prevenção, da autoproteção e da mobilização comunitária. Para funcionar bem, o NEPDEC deve ter organização interna, regimento, calendário de atividades, registro de ações realizadas, avaliação de resultados e divulgação de experiências para a comunidade escolar e seu entorno. Dessa forma, contribui para a construção de comunidades mais preparadas, resilientes e comprometidas com a redução de riscos de desastres.



Experiências

Município de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Nome do programa ou iniciativa	► NUPDEC Jovem: Construindo uma Cidade Resiliente
Público	Crianças, adolescentes, estudantes, educadores e comunidade escolar, especialmente em territórios com áreas de risco e vulnerabilidade socioambiental.
Legislação	Não há lei ou decreto específico.
Objetivo	Promover a percepção de risco, a educação ambiental e a prevenção de desastres por meio da integração entre escola, Defesa Civil, educadores, estudantes e comunidade. A proposta busca transformar o conhecimento em ação prática, fortalecendo a participação social, a mobilização comunitária e a proteção da vida.
Metodologia	As atividades são organizadas em oficinas temáticas, articulando educação ambiental, percepção de riscos e práticas comunitárias. A proposta combina rodas de conversa, construção de painéis, visitas de campo, observação do território, plantio de mudas, atividades recreativas e ações comunitárias.
Materiais de apoio	A iniciativa incorpora recursos pedagógicos voltados à comunicação lúdica e ao fortalecimento da cultura de prevenção. Entre eles, destaca-se a <i>Turminha do NUPDEC em Ação</i> , criada em 2020, com uso de vídeo educativo e teatro de bonecos, inclusive em formato itinerante durante a pandemia, para ampliar o alcance das orientações junto à comunidade.

Município de Recife (PE)

Nome do programa ou iniciativa	► NUPDEC Escolar e simulados nas escolas
Público	Comunidade escolar, especialmente estudantes do 6º e do 7º ano, mas também gestores escolares, professores e demais profissionais da escola. A proposta envolve a escola como espaço de formação, mobilização e multiplicação da cultura de prevenção.
Legislação	Não há lei ou decreto específico.
Objetivo	Fortalecer a cultura de prevenção no ambiente escolar, articulando educação, percepção de risco, preparação e resposta a emergências. A proposta busca ampliar a capacidade dos estudantes e da comunidade escolar para reconhecer riscos, agir com segurança e participar de forma organizada em situações de evacuação e proteção.
Metodologia	A metodologia é organizada em etapas. Primeiro, ocorre uma reunião informativa com gestores escolares, para apresentar a proposta do NUPDEC Escolar. Depois, é realizada uma oficina de sensibilização com os alunos, para introduzir o tema e mobilizar a participação estudantil. Em seguida, são desenvolvidas oficinas temáticas sobre Educação em Redução de Riscos de Desastres e defesa civil, mudanças climáticas e meio ambiente, primeiros socorros e evacuação de área. A formação culmina com um simulado de evacuação escolar e, ao final, ocorre o encerramento com entrega de certificados.
Materiais de apoio	Apresentação de slides, dinâmicas e trabalhos em grupo, rodas de conversa, atividades práticas, mídias e conteúdos audiovisuais. Há também o uso de material institucional do projeto, com identidade visual da Defesa Civil do Recife.

Município de Salvador (BA)

Nome do programa ou iniciativa	► NUPDEC Mirim
Público	O público beneficiário é formado por crianças e adolescentes de 7 a 13 anos, moradores de áreas de risco. A iniciativa foi pensada especialmente para alcançar crianças que acompanhavam os adultos na formação do NUPDEC ou que não haviam participado de ações anteriores de defesa civil nas escolas.
Legislação	Lei nº 8.969/2016 e Decreto nº 30.542/2018.
Objetivo	Sensibilizar e capacitar crianças e adolescentes para participarem das ações de proteção e defesa civil em seu próprio bairro, formando-os como multiplicadores da cultura de prevenção. A proposta busca fazer com que compreendam o que é risco, desenvolvam hábitos mais seguros e atuem de forma solidária e participativa na comunidade.
Metodologia	O projeto foi estruturado em três módulos principais: defesa civil (abordando, por exemplo, o significado desse conceito), primeiros socorros e educação ambiental. A metodologia combina aulas expositivas, brincadeiras, música, teatro, apresentações e outras dinâmicas, sempre adaptadas à realidade de cada comunidade. O NUPDEC Mirim funciona como complemento ao NUPDEC tradicional, podendo ocorrer de forma paralela ao núcleo dos adultos ou de maneira independente.
Materiais de apoio	O projeto utiliza materiais simples e replicáveis, combinando recursos audiovisuais, dinâmicas lúdicas, objetos demonstrativos, músicas, paródias, atividades práticas, crachás e certificados para tornar a formação mais atrativa para crianças e adolescentes.



Recursos técnico-pedagógicos

Todas as Jornadas Pedagógicas apresentadas anteriormente, na seção sobre integração curricular, incluem atividades de mapeamento participativo de riscos, leitura do território e mobilização comunitária que podem apoiar a atuação dos Nepdec’s. Por promoverem o protagonismo estudantil e a articulação entre escola e comunidade, esses materiais oferecem metodologias e ferramentas que contribuem para o planejamento e a implementação das ações desenvolvidas pelos núcleos. Além dessas jornadas, existem outros materiais e recursos que podem subsidiar a organização, a formação e as atividades dos Nepdec’s, alguns dos quais são apresentados a seguir.

► Guia para a participação de estudantes no enfrentamento da crise climática

O guia *Entre no Clima*, do UNICEF, foi elaborado para uso direto pelos estudantes do ensino fundamental, de forma autônoma ou com apoio dos professores. Promove o empoderamento dos estudantes para participação ativa na agenda das mudanças climáticas.



► Com-VidaÇÃO - Comissão de Prevenção de Desastres e Proteção da Vida

A jornada pedagógica *Com-VidaÇÃO*, do Cemaden, tem como objetivo apoiar a formação de uma comissão, liderada por estudantes, para pesquisar, monitorar e atuar sobre riscos socioambientais em seus territórios, envolvendo a comunidade escolar, a Defesa Civil e outros parceiros locais. A proposta deriva das [Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola \(COM-VIDAS\)](#), adaptando seus princípios de participação estudantil e mobilização comunitária para o contexto da prevenção de desastres, da adaptação às mudanças climáticas e da promoção da cultura de proteção e defesa civil.



► Formação e Gestão de Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil (Nupdec)

O curso apresenta o papel dos Nupdec's e os componentes necessários para sua formação. Pode ser usado de modo complementar na formação de professores para aprofundar o conhecimento sobre os Nupdec's e sobre a sua relação com a comunidade escolar.



VOCÊ SABIA? Campanha Nacional #AprenderParaPrevenir

É uma mobilização anual do Cemaden Educação, que desde 2016 engaja escolas, comunidades e gestores na redução de riscos de desastres, incentivando-os a criar suas próprias campanhas locais. Cada escola ou comunidade pode olhar para o seu território e perguntar: quais são os nossos riscos? Como relacionar educação, desigualdades e justiça climática?



► LINK



Estratégias multimodais e integradas

Definição

As estratégias multimodais e integradas consistem na combinação articulada de diferentes modalidades de atuação em proteção e defesa civil no ambiente escolar. Seu objetivo é promover uma abordagem abrangente da gestão de riscos e desastres, integrando ações de educação, prevenção, preparação, participação comunitária e planejamento institucional de forma complementar e contínua.

Essa abordagem está alinhada à *Estrutura de Segurança Escolar Abrangente*, que reconhece que a segurança e a resiliência das escolas dependem da atuação simultânea em diferentes dimensões. Além de ambientes físicos seguros, é necessário fortalecer a gestão de riscos, a preparação para emergências, a participação da comunidade escolar e a incorporação da temática nos processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, a construção de escolas seguras resulta da articulação de múltiplas estratégias desenvolvidas de forma coordenada.

A experiência de Santa Catarina, descrita anteriormente, ilustra de forma concreta essa abordagem integrada. O Programa Defesa Civil na Escola combina diferentes modalidades de atuação, incluindo a inserção do tema no currículo escolar, a formação continuada de professores, a disponibilização de materiais pedagógicos, a criação de Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil (Nepdec's), a realização de simulados, a elaboração de planos de contingência e a articulação entre os setores da Educação e da Proteção e Defesa Civil. Essa integração contribui para que a gestão de riscos e desastres seja incorporada de forma permanente ao cotidiano escolar, e não apenas por meio de ações pontuais.

Na prática, as estratégias multimodais podem combinar diferentes modalidades apresentadas neste guia, incluindo a integração curricular da temática de gestão de riscos e desastres; a promoção de atividades extracurriculares de sensibilização e informação; a avaliação de multiriscos e a elaboração de planos de contingência escolares; a formação de grupos de prevenção e segurança, como os Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil (Nepdec's); e a realização de simulados e de ações de mobilização comunitária.

As estratégias multimodais reconhecem que cada uma dessas modalidades contribui para um aspecto específico da resiliência escolar. Enquanto algumas fortalecem conhecimentos e competências, outras aprimoram a organização institucional, a participação estudantil, a articulação comunitária ou a capacidade de resposta a emergências. Quando desenvolvidas de forma integrada, essas iniciativas se complementam e potencializam seus resultados.

Por essa razão, as estratégias multimodais representam o modelo mais completo e recomendado para consolidar o Programa Defesa Civil nas Escolas (PDCE). Embora estados e municípios possam iniciar suas ações por uma ou mais modalidades específicas, recomenda-se que avancem progressivamente para abordagens integradas, capazes de envolver toda a comunidade escolar e de fortalecer, de forma simultânea, a educação para a prevenção, a gestão de riscos, a participação social e a preparação para emergências.



Experiências

Além do Programa Defesa Civil na Escola de Santa Catarina, considerado uma referência nacional pela integração de diferentes modalidades de atuação, diversos estados e municípios vêm implementando iniciativas que combinam ações curriculares, atividades formativas, planejamento para emergências, participação estudantil e articulação comunitária, avançando em direção a modelos mais abrangentes de escolas seguras e resilientes.

Estado do Piauí

Nome do programa ou iniciativa	► Programa Defesa Civil na Escola no Piauí
Público-alvo	Iniciado em 2023, o projeto é voltado a estudantes e professores, com foco inicial na educação infantil e nos 6º e 7º anos do ensino fundamental. Em 2026, a expansão passou a alcançar estudantes do ensino médio em 105 escolas estaduais de 86 municípios piauienses, fortalecendo a articulação com áreas como Saúde, Educação, Cultura e Proteção à Primeira Infância.
Legislação	Não há lei ou decreto específico.
Objetivo	O objetivo da iniciativa é inserir a cultura de proteção e defesa civil no cotidiano escolar, fortalecendo a percepção de risco, a prevenção, a autoproteção e a preparação para calamidades. A proposta busca envolver estudantes, professores e comunidades na identificação de riscos na escola e no território, estimulando a elaboração de soluções práticas e o protagonismo estudantil. Também contribui para melhorar a segurança escolar, com orientações sobre protocolos, planos de contingência, primeiros socorros, uso de equipamentos e acionamento dos serviços de emergência.
Metodologia	A metodologia foi construída de forma gradual, a partir de um projeto-piloto em escolas municipais, estaduais e privadas, permitindo testar a receptividade da comunidade escolar e ajustar as estratégias de implementação. É baseada no ciclo de gestão de riscos e desastres e combina oficinas temáticas, atividades em sala de aula e simulados anuais de evacuação. A área de Defesa Civil aborda riscos do território, como deslizamentos, inundações e incêndios, enquanto os professores integram os conteúdos às disciplinas e estimulam práticas como mapas de risco e rotas de evacuação. A proposta valoriza o protagonismo dos estudantes, a atuação dos professores como facilitadores, a participação da comunidade e a ampliação das ações por meio da formação continuada e da articulação intersetorial.
Materiais de apoio	Por meio da plataforma virtual da Defesa Civil do Piauí e da Secretaria de Educação, o programa disponibiliza conteúdos organizados em módulos, atividades práticas, dicas pedagógicas e materiais educativos para aplicação em sala de aula. Também são citados kits educativos, certificados, coletes, placas das escolas e a mascote Caju, além de materiais produzidos ou apoiados por parceiros.

Estado do Rio Grande do Sul

Nome do programa ou iniciativa:	► Programa Escolas Resilientes
Público	Escolas da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, com foco especial nas unidades escolares mais vulneráveis aos impactos de eventos climáticos.
Legislação	Lei Complementar nº 16.263/2024.
Objetivo	Transformar as instituições de ensino em espaços de segurança, acolhimento e resiliência, garantindo que o direito à educação seja mantido mesmo diante de situações adversas. A proposta busca preparar as escolas para resistir, absorver impactos, responder e se recuperar com mais rapidez.
Metodologia	A estratégia se organiza em quatro eixos principais: 1. Currículo escolar resiliente, com inclusão transversal de educação climática, justiça ambiental, redução de riscos e competências socioemocionais; 2. Infraestrutura segura e sustentável, com adaptação dos prédios escolares, uso de soluções sustentáveis, reaproveitamento de água da chuva, energia solar, telhados verdes, ventilação natural e verticalização em áreas inundáveis; 3. Bem-estar e saúde psicossocial, com ações de acolhimento, suporte emocional e formação de profissionais, incluindo o conceito de “Escola Sensível ao Trauma”; 4. Planos de contingência escolares (Plancon Escolar), elaborados de forma participativa pelas próprias escolas, com apoio da comunidade escolar e de atores locais. A metodologia também prevê a criação de Comitês Plancon Escolar, treinamentos, simulações periódicas e revisão anual dos planos.
Materiais de apoio	O programa utiliza como materiais de apoio: o <i>Manual de Soluções Baseadas na Natureza (SbN)</i> , desenvolvido em parceria com o Instituto Alana; o <i>Guia para elaboração de projetos de arquitetura para a criação de Escolas Resilientes</i> , produzido em parceria com o Instituto Unibanco; e o <i>Guia para elaboração de Planos de Contingência Escolares para eventos climáticos</i> , desenvolvido pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul em parceria com o Instituto Alana e com assessoria técnica do Vozes da Educação. Também há apoio técnico do Banco Mundial, da UNESCO, do Cemaden Educação e da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.



Estado de São Paulo

Nome do programa ou iniciativa:	► Programa Escola + Segura em Educação para Redução de Riscos e Desastres, desenvolvido como uma frente do Programa Escola + Segura
Público	Voltado em especial aos estudantes e à comunidade escolar, o programa também alcança profissionais da Educação, ao apoiar o planejamento de ações pedagógicas e fortalecer a atuação da escola diante de riscos e desastres.
Legislação	Decreto Estadual nº 64.673/2019.
Objetivo	Fortalecer a educação para a redução de riscos e para a resiliência, proteger os estudantes e a comunidade escolar diante de riscos e desastres e orientar o planejamento de ações pedagógicas voltadas aos perigos e adversidades que podem afetar o território escolar.
Metodologia	O programa articula formação, orientação pedagógica e disseminação de conhecimentos em Educação em Redução de Riscos e Desastres, com o objetivo de fortalecer a percepção de riscos e as ações de prevenção junto a profissionais e estudantes da rede estadual. Sua proposta busca inserir a temática da redução de riscos de desastres na rotina escolar, contribuindo para que as escolas reconheçam os riscos presentes no contexto local, desenvolvam ações pedagógicas preventivas e participem de práticas como a elaboração de planos de contingência e a realização de exercícios simulados. O Programa Escola + Segura está alinhado às diretrizes da ONU, à campanha mundial Construindo Cidades Resilientes 2030 (MCR2030) e aos eixos do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e Redução de Riscos (PDN), que envolvem diagnóstico, planejamento, monitoramento, mitigação, capacitação e disseminação de conhecimento.
Materiais de apoio	Por meio de uma trilha formativa, os profissionais da Educação recebem capacitação em oito temas em Educação para Redução de Riscos e Desastres: a) Sistema Nacional e Estadual de Proteção e Defesa Civil; b) riscos de desastres no Brasil e no estado de São Paulo; c) percepção de risco; d) mudanças climáticas e desastres; e) comunidades resilientes; f) drogas e violência; g) primeiros socorros; e h) arboviroses e síndrome. Além da trilha, o modelo de plano de contingência – vinculado ao Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar (Conviva SP), da Secretaria da Educação – organiza as informações essenciais para que a escola identifique seus riscos e planeje ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. O documento prevê campos para registrar: identificação da escola, responsável, comitê, perigo, vulnerabilidade, dano e grau de risco. O plano também orienta a definição de responsáveis, prazos e encaminhamentos para cada ação, além de incluir espaços específicos para o sistema de alerta/comunicação e a rota de fuga.

Município de Petrópolis (RJ)

Nome do programa ou iniciativa:	► Programa Escolas Resilientes
Público	O programa atende principalmente estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º a 9º ano). Também envolve professores, gestores escolares e comunidade.
Legislação	Lei Municipal nº 7.650/2018 e Decreto Municipal nº 622/2014.
Objetivo	Integrar a Defesa Civil, a Educação e a comunidade para fortalecer a cultura de prevenção, a percepção de risco e a capacidade de resposta diante de eventos adversos, com ênfase no protagonismo estudantil e na participação comunitária.
Metodologia	A metodologia está estruturada com base no ciclo de gestão de riscos e desastres e envolve três etapas: oficinas temáticas conduzidas pela Proteção e Defesa Civil; desenvolvimento de atividades pedagógicas integradas ao currículo, com ações práticas como mapas de risco e rotas de evacuação; e realização de simulados anuais de evacuação. A proposta valoriza o protagonismo dos estudantes, o papel dos professores como facilitadores e a participação da comunidade, além de investir na formação continuada de docentes e na articulação intersetorial para ampliar as ações de prevenção.
Materiais de apoio	As atividades se apoiam em oficinas e recursos pedagógicos voltados à aprendizagem prática e participativa. Nelas, os estudantes trabalham temas como desenvolvimento sustentável, redução de resíduos sólidos, uso de pluviômetros caseiros, procedimentos em situações de emergência e definição de rotas de fuga.

Município de Blumenau (SC)

Nome do programa ou iniciativa:	► Projeto Defesa Civil na Escola e Projeto Agente Mirim de Proteção e Defesa Civil
Público-alvo	No Projeto Defesa Civil na Escola, o público são estudantes dos 4º e 5º anos do ensino fundamental, com participação ocasional de turmas do 6º ano. O Agente Mirim é voltado, especialmente, a estudantes dos 5º e 6º anos. A estrutura pedagógica prevê atendimento anual a 15 escolas.
Legislação	Lei Municipal nº 9.813/2025.
Objetivo	Ao formar as crianças para que sejam multiplicadoras do conhecimento adquirido, o Projeto Defesa Civil na Escola busca educar a comunidade sobre normas e procedimentos importantes para sua proteção contra desastres. A ideia é difundir práticas sustentáveis nos bairros, criando uma nova cultura de prevenção e autoproteção em nossa cidade. Além disso, o Agente Mirim fortalece as ações de prevenção na comunidade, formando crianças e adolescentes para reconhecer riscos, adotar atitudes seguras e compartilhar orientações de autoproteção na escola, em casa e no território onde vivem.
Metodologia	Os projetos educativos da Defesa Civil de Blumenau integram uma estratégia municipal de formação cidadã voltada à prevenção, à autoproteção e à construção de comunidades mais seguras. O Projeto Defesa Civil na Escola funciona como porta de entrada para a educação em proteção e defesa civil; o Agente Mirim, criado em 2014 como aprofundamento dessa iniciativa, amplia a formação por meio de atividades práticas, visitas técnicas e participação comunitária. A formação combina aulas presenciais, encontros teóricos e práticos, atividades em sala, avaliação interativa e educação assistida por animais, com as mascotes dos projetos educativos. No Projeto Defesa Civil na Escola, a proposta é organizada em três encontros: noções básicas de Defesa Civil; percepção de risco e desastres; e avaliação em interação com as mascotes. No Agente Mirim, a formação tem carga horária total de 44 horas, com cerimônia de posse, encontros quinzenais, visitas técnicas, aulas temáticas, atividades de campo, participação em eventos comunitários e formatura.
Materiais de apoio	Os projetos utilizam cartilha educativa, jogo de tabuleiro, vídeos, fotos, atividades em sala de aula, as mascotes Mayla e Amora, oficinas práticas, simulados, visitas técnicas, certificados, selo de escola parceira e outros recursos pedagógicos da Defesa Civil e de instituições parceiras.



► LINK

PASSO A PASSO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PDCE

O Programa Defesa Civil nas Escolas (PDCE) parte do reconhecimento de que a escola é protagonista na formação de uma cultura de prevenção. Além de sua função educacional, é um espaço privilegiado para promover conhecimentos, valores e atitudes relacionados à redução de riscos de desastres, alcançando não apenas estudantes, mas também famílias e comunidades.

Esse papel é reconhecido pela Lei nº 12.608/2012, que estabelece, entre as competências da União, dos estados e dos municípios, a adoção de medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas localizadas em áreas de risco. Assim, a escola é, ao mesmo tempo, um espaço de aprendizagem e um ator estratégico para o fortalecimento da resiliência comunitária.

A educação sobre riscos e desastres deve estar integrada ao cotidiano escolar e ser construída com a participação ativa de professores, gestores, estudantes e famílias. Cabe à escola definir, de acordo com sua realidade e projeto pedagógico, como incorporar essa temática aos processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para que crianças e adolescentes desenvolvam conhecimentos e habilidades para reconhecer riscos, compreender alertas, agir com segurança e fortalecer atitudes de cuidado consigo, com os outros e com o território onde vivem.

A Proteção e Defesa Civil, por sua vez, atua como parceira nesse processo, oferecendo apoio técnico, orientação e articulação institucional. As ações desenvolvidas no âmbito do PDCE devem ser planejadas e implementadas em diálogo permanente com a comunidade escolar, respeitando a autonomia da escola e valorizando seus conhecimentos, experiências e prioridades.

Muitos municípios ainda têm dúvidas sobre como começar o PDCE, quais parceiros mobilizar e como estruturar um programa compatível com sua realidade. Por isso, este passo a passo apresenta caminhos possíveis, e não uma fórmula única. A proposta é apoiar os governos locais desde os primeiros movimentos de sensibilização até a consolidação do PDCE como uma política pública permanente.

Com base no Indicador de Capacidade Municipal (ICM) da Proteção e Defesa Civil Nacional (Brasil, 2024), a implementação do PDCE foi organizada em quatro níveis. Esses níveis consideram que os municípios possuem diferentes capacidades técnicas, institucionais, financeiras e operacionais, o que influencia suas possibilidades de implementação e acompanhamento das ações.

Bases para a consolidação e a institucionalização do PDCE

- Garantir o protagonismo da escola.
- Fortalecer a cooperação entre Educação, Proteção e Defesa Civil e demais setores.
- Manter processos contínuos de formação e acompanhamento.
- Revisar e aperfeiçoar regularmente materiais e metodologias.
- Registrar, monitorar e avaliar os resultados alcançados.
- Valorizar e compartilhar experiências bem-sucedidas.
- Promover a participação de estudantes, professores e famílias.
- Mobilizar parcerias e recursos que apoiem a continuidade das ações.

Os níveis devem ser entendidos como uma referência flexível para orientar o planejamento e a definição de prioridades. Não se trata de etapas obrigatórias, rígidas ou necessariamente sequenciais. Cada município pode iniciar o processo a partir de sua realidade e de suas capacidades existentes. Enquanto alguns municípios podem começar com ações de sensibilização e projetos-piloto, outros podem desenvolver iniciativas mais estruturadas, como formação continuada de professores, elaboração de planos de contingência escolares, criação de brigadas escolares ou de Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil (Nepdec's). O mais importante é começar pelo que é possível, com planejamento, diálogo e continuidade.

Níveis de implementação do PDCE

A implementação do PDCE pode ser organizada em quatro níveis, de acordo com a capacidade municipal e com o estágio de desenvolvimento das ações de proteção e defesa civil nas escolas.

- ▶ O **Nível 1 – Como começar?** é voltado a municípios com capacidade inicial. O foco está na mobilização, na sensibilização e na elaboração de um plano de trabalho.
- ▶ O **Nível 2 – Estruturação inicial** é indicado para municípios com capacidade intermediária inicial. O objetivo é organizar um projeto-piloto, iniciar a formação de professores e testar metodologias adequadas à realidade escolar.
- ▶ O **Nível 3 – Consolidação do PDCE** é voltado a municípios com capacidade intermediária avançada. Nessa fase, o programa começa a ser ampliado para outras escolas, com ações mais estruturadas e maior integração com a comunidade.

Indicador de Capacidade Municipal em Proteção e Defesa Civil

O Indicador de Capacidade Municipal (ICM) é uma ferramenta do governo federal que ajuda a identificar o grau de preparação dos municípios para lidar com situações de risco, como chuvas intensas, secas, inundações, deslizamentos e outros eventos extremos.

O ICM é organizado em quatro faixas de capacidade municipal: **Faixa A – Alta, Faixa B – Intermediária Avançada, Faixa C – Intermediária Inicial e Faixa D – Inicial.**

Como consultar o ICM do seu município?

Para saber em qual faixa o seu município está classificado, é necessário acessar os arquivos disponibilizados no site do MIDR. A consulta deve ser feita separadamente em cada uma das planilhas ou arquivos em PDF disponíveis. Ou seja, é preciso abrir os documentos das Faixas A, B, C e D e verificar em qual deles o nome do município aparece.

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm>

Uma outra opção é usar um dashboard criado pelo geógrafo Lincoln Duques de Barros, com um mapa navegável, onde você pode identificar seu município e saber em qual faixa de capacidade municipal ele se encontra: <https://lincolngeo.github.io/icm-brasil/>



- ▶ O **Nível 4 – Institucionalização e sustentabilidade** é indicado para municípios com capacidade alta. O foco está na formalização do programa, na definição de responsabilidades e na sua permanência como política pública.

Esses níveis devem ser usados como orientação. Cada município pode adaptar o percurso conforme sua realidade, seus riscos, sua rede de ensino, sua estrutura de Proteção e Defesa Civil e suas parcerias locais. A seguir, o primeiro quadro mostra como consultar o ICM de seu município, e o segundo detalha os quatro níveis de implementação do PDCE conforme a capacidade municipal.

Níveis de implementação do Programa Defesa Civil nas Escolas (PDCE)

	Nível	Caracterização	Ações principais	Objetivo
	Nível 1 Como começar?	Municípios com capacidade inicial	Mobilização inicial; articulação com a Secretaria de Educação; identificação de escolas interessadas; elaboração de plano de trabalho; palestras, oficinas, campanhas e atividades educativas.	Iniciar a cultura de prevenção no ambiente escolar.
	Nível 2 Estruturação inicial	Municípios com capacidade intermediária inicial	Escolha de escola-piloto; planejamento das atividades; formação inicial de professores, estudantes e equipe escolar; produção ou adaptação de materiais.	Consolidar uma metodologia inicial.
	Nível 3 Consolidação do PDCE	Municípios com capacidade intermediária avançada	Ampliação gradual para outras escolas; integração com a comunidade; simulados; avaliação de riscos; planos de contingência escolares; criação ou fortalecimento de Nepdec's e brigadas escolares.	Institucionalizar a prevenção e a gestão de riscos no cotidiano escolar.
	Nível 4 Institucionalização e sustentabilidade	Municípios com capacidade avançada	Formalização por decreto, portaria, resolução ou acordo de cooperação; inclusão no planejamento educacional; definição de responsabilidades; monitoramento, avaliação e continuidade.	Tornar o PDCE uma política pública permanente.

Articulação intersetorial

Em todos os níveis de implementação do PDCE, é fundamental fortalecer a articulação entre a Proteção e Defesa Civil e a Secretaria de Educação. O programa deve ser construído e desenvolvido de forma colaborativa, reconhecendo a escola como protagonista do processo educativo e principal espaço de promoção da cultura de prevenção. Cabe à Proteção e Defesa Civil contribuir com conhecimentos técnicos, informações sobre os riscos do território e apoio às ações educativas, enquanto a escola e os profissionais da Educação desempenham papel central na construção das estratégias pedagógicas e na integração do tema ao cotidiano escolar.

A efetividade e a sustentabilidade do PDCE dependem do diálogo permanente entre esses setores, respeitando a autonomia da escola, seu calendário, suas prioridades pedagógicas e as especificidades de cada

comunidade. Essa cooperação é essencial para que as ações sejam significativas para estudantes, professores e famílias e estejam alinhadas às realidades e necessidades locais.

Além da articulação entre a Educação e a Proteção e Defesa Civil, recomenda-se o envolvimento de outros atores que possam contribuir para o fortalecimento do programa, à medida que ele se torna mais estruturado. Entre os principais parceiros estão: secretarias municipais relacionadas às áreas de Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social e Planejamento; órgãos estadual e municipal de Proteção e Defesa Civil; Corpo de Bombeiros; universidades e institutos federais; organizações da sociedade civil; associações de bairro e comunitárias; coletivos e grupos de jovens; conselhos municipais; famílias e comunidade escolar. A participação desses diferentes atores amplia capacidades, favorece a integração de conhecimentos e fortalece a implementação das ações.



Nível 1 – Como começar?

O primeiro passo é reconhecer que o município pode iniciar o PDCE mesmo dispondo de capacidade institucional, técnica ou operacional limitada. Não é necessário estruturar de imediato um programa amplo, complexo ou totalmente institucionalizado. Muitas vezes, esse primeiro momento de implementação pode ocorrer por meio de ações simples e de baixo custo, como conversas com escolas, palestras, oficinas, campanhas educativas, atividades extracurriculares ou mobilizações, envolvendo professores, estudantes e demais membros da comunidade escolar.

Em resumo, o objetivo principal deste nível é iniciar a cultura de prevenção no ambiente escolar. Para isso, recomenda-se que o município construa um plano de trabalho que contenha atividades viáveis, responsáveis definidos, metodologia, materiais a serem utilizados, cronograma básico e mecanismos de acompanhamento. As perguntas orientadoras apresentadas a seguir podem auxiliar na construção desse plano.

Perguntas orientadoras para o plano de trabalho

Pergunta orientadora	O que definir
Por que implementar o PDCE?	Identificar o objetivo principal do programa.
Quais riscos de desastres existem no território?	Levantar riscos como alagamentos, enxurradas, deslizamentos, estiagens, queimadas, ondas de calor ou outros eventos.
Quais escolas podem participar?	Identificar escolas interessadas ou localizadas em áreas de maior risco.
Qual é o público-alvo?	Definir faixa etária e ano escolar.
Quem precisa ser mobilizado?	Mapear os atores a serem envolvidos, incluindo Proteção e Defesa Civil, Secretaria de Educação, direção escolar, professores, estudantes, famílias, associações comunitárias e parceiros.
Que ações podem ser realizadas agora?	Estabelecer as atividades iniciais, como palestras, oficinas, jogos, campanhas, rodas de conversa, visitas técnicas ou atividades práticas.
Quais recursos podem ser utilizados?	Selecionar ou produzir os materiais de apoio para cada ação, como cartilhas, jogos, conteúdos multimídia, entre outros recursos pedagógicos.
Como envolver os professores desde o início?	Organizar momentos de sensibilização e escuta para identificar dúvidas, interesses e possibilidades pedagógicas.
Como registrar os resultados?	Definir as formas de documentação, como listas de presença, fotos, relatos, materiais produzidos e avaliações simples.

A elaboração do plano de trabalho contribui para dar direção e continuidade às ações, favorecendo uma implementação mais organizada do PDCE e evitando que as iniciativas ocorram de forma isolada. Ainda que o programa tenha início em pequena escala, recomenda-se que seja concebido como um processo contínuo, passível de aprimoramento e expansão progressiva.

As ações iniciais podem incluir:

- ▶ reuniões de articulação entre a Proteção e Defesa Civil e a Secretaria de Educação;
- ▶ identificação das escolas prioritárias para o início das atividades;
- ▶ levantamento preliminar dos principais riscos presentes no território;
- ▶ sensibilização de gestores escolares e professores sobre riscos, desastres, prevenção e autoproteção;
- ▶ realização de palestras, oficinas e rodas de conversa;
- ▶ desenvolvimento de campanhas educativas voltadas à prevenção e à redução de riscos;
- ▶ promoção de atividades lúdicas e participativas, como jogos, teatro, música, desenhos e gincanas;
- ▶ elaboração e divulgação de materiais informativos para estudantes e famílias;
- ▶ definição de um cronograma básico que viabilize a continuidade das ações.

O foco deste nível é promover a aproximação entre a Proteção e Defesa Civil e a comunidade escolar, criando as bases para uma colaboração duradoura. Não é necessário que todas as estruturas e instrumentos do programa estejam plenamente estabelecidos desde o início. O mais importante é iniciar o processo a partir das capacidades já existentes, fortalecendo-o gradualmente com base na experiência acumulada e nas oportunidades de aprimoramento identificadas.

Nesta fase, as ações de formação voltadas aos profissionais da Educação tendem a assumir um caráter introdutório e de sensibilização. Encontros breves, apresentações, oficinas ou rodas de conversa podem contribuir para ampliar a compreensão sobre a importância da prevenção e da redução de riscos, além de estimular reflexões sobre como esses temas podem dialogar com as práticas pedagógicas e com o cotidiano escolar.



Nível 2 – Estruturação inicial

Após a fase inicial de mobilização e sensibilização, o município pode avançar para uma etapa de maior estruturação do PDCE. Nesse momento, recomenda-se escolher uma ou algumas escolas para desenvolver um projeto-piloto. Essa experiência permite testar a metodologia, adequar abordagens pedagógicas, ajustar a linguagem, avaliar a carga horária, identificar desafios e compreender como os temas de prevenção e redução de riscos podem ser incorporados ao cotidiano escolar.

Formação de professores e gestores escolares

Neste nível, a formação de professores e gestores escolares assume papel estratégico. Os educadores passam a aprofundar seus conhecimentos sobre proteção e defesa civil, fortalecendo sua capacidade de abordar o tema de forma contínua, contextualizada e integrada às atividades pedagógicas. Mais do que uma capacitação pontual, a formação deve estar articulada ao planejamento da Secretaria de Educação, ao projeto pedagógico da escola e às características e riscos específicos do território.

A formação pode ser realizada de forma presencial, virtual ou híbrida, de acordo com as possibilidades locais, abordando temas como:

- ▶ trajetória e organização da Proteção e Defesa Civil no Brasil;
- ▶ conceitos fundamentais sobre riscos, ameaças, vulnerabilidades e desastres;
- ▶ gestão de riscos e desastres;
- ▶ mudanças climáticas, adaptação e resiliência;
- ▶ participação comunitária;
- ▶ monitoramento e sistemas de alerta antecipado;
- ▶ comunicação de riscos;
- ▶ metodologias e práticas educativas para a promoção da prevenção e da autoproteção na escola e na comunidade.

Também podem ser incorporados cursos, trilhas formativas, materiais pedagógicos e experiências já consolidadas, desenvolvidos por instituições como o Cemaden Educação, universidades, institutos federais, centros de pesquisa e outras organizações parceiras.

Seleção das escolas para o projeto-piloto

A definição das escolas que participarão da fase-piloto merece atenção especial, pois influenciará diretamente os aprendizados que serão gerados para a expansão futura do programa. O objetivo não é necessariamente selecionar as escolas com maior capacidade instalada, mas identificar unidades que ofereçam condições favoráveis para testar metodologias, mobilizar a comunidade escolar e produzir experiências que possam ser posteriormente adaptadas e replicadas em outros contextos do município.

Sempre que possível, recomenda-se que a escolha seja realizada de forma conjunta entre a Secretaria de Educação, a Proteção e Defesa Civil e a gestão escolar, considerando tanto os riscos presentes no território quanto o interesse e o engajamento da comunidade. Entre os critérios que podem orientar essa seleção, estão:

- ▶ localização em áreas mais expostas a riscos e desastres;
- ▶ histórico de eventos adversos que tenham afetado a escola ou a comunidade;
- ▶ interesse e disponibilidade da equipe gestora e dos professores para participar do processo;
- ▶ possibilidade de acompanhamento e apoio técnico pela Proteção e Defesa Civil municipal;
- ▶ potencial de mobilização e participação dos estudantes, das famílias e da comunidade escolar;
- ▶ existência de iniciativas ou projetos que possam dialogar com os temas de prevenção, meio ambiente, mudanças climáticas ou participação cidadã.

Dependendo do porte e da diversidade territorial do município, pode ser recomendável selecionar escolas com diferentes características, como unidades urbanas e rurais, escolas localizadas em comunidades indígenas, quilombolas ou ribeirinhas, instituições que atendam a diferentes etapas de ensino ou que estejam situadas em áreas expostas a diferentes ameaças. Essa diversidade amplia os aprendizados gerados pelo projeto-piloto e contribui para a elaboração de estratégias mais adequadas às diferentes realidades sociais, culturais, ambientais e territoriais do município.

Ao final do projeto-piloto, recomenda-se realizar uma avaliação dos resultados alcançados e dos principais desafios encontrados. O registro sistemático dos aprendizados permite identificar ajustes necessá-

rios, aperfeiçoar metodologias e reunir evidências para subsidiar a expansão gradual do programa para outras escolas do município.

Universidades e institutos federais também têm papel importante na prevenção de riscos e desastres. No Brasil, os Centros de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPEDs), vinculados a universidades como Ufes, UFSC, Uerj, UnB, UFRGS e Unicamp, desenvolvem estudos, capacitações, materiais educativos, diagnósticos e apoio técnico para fortalecer a gestão de riscos nos territórios. Além dos CEPEDs, grupos de pesquisa e extensão contribuem para aproximar o conhecimento científico de escolas, comunidades e órgãos públicos. É o caso do Georisco, do Departamento de Geografia da UFRN; do Geodesastres, da Ufra, voltado a desastres e geotecnologias na Amazônia; e do GENAT, da UFPB, que atua com geomorfologia e gestão de riscos. Essas iniciativas apoiam a educação para prevenção, a preparação das comunidades e a construção de cidades mais seguras e resilientes.



Nível 3 – Consolidação do PDCE

Com base nos aprendizados gerados pelo projeto-piloto, o município pode avançar para a etapa de consolidação do PDCE. Nesse momento, o objetivo passa a ser fortalecer a institucionalização do programa e ampliar gradualmente sua implementação para outras escolas da rede. Essa expansão deve ocorrer de forma planejada, considerando as capacidades técnicas e operacionais disponíveis, a adesão da comunidade escolar e os recursos existentes. A consolidação não significa implementar simultaneamente todos os componentes do programa, mas construir, de forma progressiva, as condições necessárias para sua sustentabilidade.

Neste nível, a formação de professores e equipes escolares continua desempenhando papel central. As ações formativas podem evoluir para uma estratégia de formação continuada, favorecendo o aprofundamento dos conteúdos, a troca de experiências entre escolas, a adaptação de metodologias e o acompanhamento das práticas desenvolvidas. O objetivo é fortalecer a capacidade das escolas para integrar os temas de prevenção, redução de riscos e autoproteção ao cotidiano escolar de forma cada vez mais consistente.

Para apoiar esse processo, recomenda-se:

- ▶ revisar e aperfeiçoar os conteúdos e metodologias utilizados na fase-piloto;
- ▶ adaptar materiais pedagógicos para diferentes etapas e faixas etárias;
- ▶ definir carga horária, cronograma e estratégias de implementação;
- ▶ estruturar módulos formativos para professores e equipes escolares;
- ▶ manter ações de formação continuada;
- ▶ desenvolver roteiros de oficinas, atividades práticas e projetos pedagógicos;
- ▶ planejar simulados e exercícios de preparação;
- ▶ promover atividades de leitura do território e visitas de campo;
- ▶ registrar sistematicamente as ações realizadas;
- ▶ estabelecer mecanismos simples de acompanhamento, monitoramento e avaliação.

À medida que o programa amadurece, o município e as escolas podem incorporar iniciativas mais estruturadas, como a realização de avaliações participativas de riscos no entorno escolar, a elaboração de planos de contingência escolares, a criação de brigadas escolares e a constituição ou fortalecimento dos Núcleos

Escolares de Proteção e Defesa Civil (Nepdec's). Essas iniciativas contribuem para fortalecer a capacidade de preparação da comunidade escolar e para ampliar sua participação na promoção de ambientes mais seguros e resilientes.

Todas as ações devem estar alinhadas aos riscos e às características específicas de cada território. Uma escola localizada em área sujeita a alagamentos, por exemplo, enfrentará desafios distintos daqueles observados em contextos marcados por estiagens, ondas de calor, incêndios florestais ou movimentos de massa. Por essa razão, o PDCE deve ser construído a partir da realidade local, valorizando os conhecimentos da comunidade e promovendo respostas adequadas aos diferentes contextos.

Outro aspecto importante desta etapa é a integração cada vez maior do tema ao cotidiano escolar. A prevenção e a redução de riscos podem dialogar com diferentes componentes curriculares e projetos pedagógicos, contribuindo para o desenvolvimento de competências relacionadas à cidadania, ao cuidado, à participação social e à convivência com os riscos presentes no território. O programa se fortalece quando deixa de ser percebido como uma atividade pontual e passa a fazer parte da cultura e das práticas da escola.

Ao final desta etapa, espera-se que o município disponha de uma metodologia mais estruturada, de uma rede ampliada de escolas participantes e de mecanismos capazes de assegurar a continuidade e o fortalecimento progressivo do programa.



Nível 4 – Institucionalização e sustentabilidade

Após a fase de consolidação, o município pode avançar para a institucionalização do PDCE. O objetivo é assegurar que o programa se torne uma política contínua e sustentável, integrada às estruturas e processos da gestão educacional e da Proteção e Defesa Civil. A institucionalização contribui para que o programa não dependa exclusivamente do interesse de uma gestão específica, da atuação de determinados profissionais ou da realização de ações pontuais, favorecendo sua continuidade.

Neste nível, a articulação entre a Educação e a Proteção e Defesa Civil deve estar consolidada e incorporada aos processos regulares de planejamento, gestão, implementação e monitoramento das ações. A escola permanece como protagonista do processo educativo, enquanto os órgãos de Proteção e Defesa Civil e demais parceiros contribuem com apoio técnico, informações sobre riscos e fortalecimento das estratégias de prevenção e preparação.

Importante!



A formação de professores é um componente fundamental no PDCE. Ela começa como sensibilização no Nível 1, torna-se ação central no Nível 2, aprofunda-se como formação continuada no Nível 3 e deve ser incorporada ao planejamento oficial da rede de ensino no Nível 4. Os professores são multiplicadores da cultura de prevenção. Por isso, precisam de apoio, materiais adequados, tempo de planejamento e diálogo com a Proteção e Defesa Civil e com a Secretaria de Educação.

A formação de professores e equipes escolares passa a integrar de forma permanente as estratégias de desenvolvimento profissional da rede de ensino. Sempre que possível, os temas relacionados à prevenção, à redução de riscos, às mudanças climáticas, à proteção e à autoproteção podem ser incorporados aos programas de formação continuada, jornadas pedagógicas, semanas de planejamento e outras iniciativas formativas promovidas pela Secretaria de Educação.



A institucionalização do PDCE pode ocorrer por meio de diferentes instrumentos normativos e de gestão, tais como:

- ▶ decretos, portarias ou resoluções;
- ▶ acordos de cooperação técnica entre instituições parceiras;
- ▶ inclusão do programa nos instrumentos de planejamento da Secretaria de Educação;
- ▶ previsão das ações em planos municipais relacionados à Educação, à Proteção e Defesa Civil ou às mudanças climáticas;
- ▶ definição de fluxos e responsabilidades institucionais;
- ▶ incorporação do tema aos calendários de formação de professores e equipes escolares;
- ▶ previsão de mecanismos de monitoramento, acompanhamento e avaliação.

Mais do que formalizar procedimentos, esse processo contribui para estabelecer responsabilidades claras, garantir maior previsibilidade das ações e fortalecer a coordenação entre os diferentes atores envolvidos. A institucionalização também favorece a criação de mecanismos permanentes de adesão, formação, acompanhamento e compartilhamento de experiências entre as escolas participantes.

Nesta etapa, recomenda-se que o município disponha de um planejamento anual do PDCE, contemplando períodos de adesão das escolas, formação de profissionais, desenvolvimento das atividades pedagógicas, realização de simulados, ações de mobilização comunitária, monitoramento dos resultados e divulgação de boas práticas. Esse planejamento pode ser construído de forma participativa, envolvendo representantes da Educação e da Proteção e Defesa Civil, gestores escolares, professores, estudantes e outros parceiros locais.

A formalização do programa também pode ampliar oportunidades de cooperação com diferentes instituições, incluindo a Defesa Civil estadual, o Corpo de Bombeiros, universidades, institutos federais, organizações da sociedade civil, conselhos municipais e demais atores que possam contribuir para o fortalecimento da cultura de prevenção e da resiliência no ambiente escolar.

Ao alcançar este nível, espera-se que o PDCE esteja incorporado às rotinas institucionais do município, disponha de mecanismos de coordenação e acompanhamento definidos e conte com condições para sua manutenção, aprimoramento e expansão ao longo do tempo, independentemente de mudanças administrativas ou de gestão.

Desafios identificados durante a implementação

Ao longo da implementação, é comum que surjam desafios, mesmo quando há planejamento e apoio institucional. Com base em entrevistas realizadas com técnicos estaduais e municipais entre 4 de fevereiro e 15 de maio de 2026, nos estados de Santa Catarina, Pernambuco e Piauí, e nos municípios de Recife (PE), Blumenau (SC), Petrópolis (RJ), Campinas (SP), Goiana (PE), Nova Iguaçu (RJ) e São Paulo (SP), foi possível identificar desafios recorrentes no desenvolvimento de ações de defesa civil nas escolas.



Engajamento e apropriação pelas escolas

Um dos desafios mais mencionados refere-se à construção e à manutenção do engajamento das unidades escolares. Embora a adesão institucional seja um passo importante para a implementação do PDCE, sua efetividade depende da apropriação da proposta pela comunidade escolar. Isso requer diálogo contínuo com gestores, equipes pedagógicas, professores e estudantes, bem como o reconhecimento da escola como protagonista do processo educativo. Experiências bem-sucedidas demonstram que ações centralizadas nas escolas tendem a alcançar maior continuidade e legitimidade do que iniciativas implementadas de forma verticalizada ou exclusivamente externa.

Integração ao planejamento pedagógico e à rotina escolar

Outro desafio recorrente está relacionado à incorporação do tema da redução de riscos de desastres à dinâmica educacional. As escolas operam em um contexto de múltiplas demandas curriculares, administrativas e sociais, o que pode dificultar a inclusão de novas agendas. Nesse sentido, a sustentabilidade do programa depende de sua capacidade de dialogar com os objetivos educacionais já existentes, contribuindo para o desenvolvimento de competências previstas no currículo e para a formação cidadã dos estudantes. Quando percebido como uma atividade adicional e desconectada do projeto pedagógico, o programa tende a enfrentar maiores dificuldades de implementação.

Aplicação do conhecimento em práticas concretas de prevenção e preparação

As entrevistas também evidenciaram o desafio de transformar processos de sensibilização e formação em mudanças concretas de comportamento e em ações efetivas de prevenção e preparação. A experiência dos municípios e estados aponta que atividades predominantemente expositivas têm impacto limitado quando não são acompanhadas por estratégias colaborativas e vivenciais. Simulados, exercícios práticos, mapeamento participativo de riscos, projetos escolares, campanhas educativas, planos de contingência e ações comunitárias contribuem para consolidar conhecimentos, desenvolver habilidades e fortalecer a cultura de autoproteção e resiliência.

Coordenação intersetorial e governança do programa

A implementação do PDCE exige a articulação entre diferentes setores e instituições que atuam na gestão de riscos e desastres e na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Educação, Proteção e Defesa Civil, Assistência Social, Saúde, Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros, universidades e organizações da sociedade civil possuem competências complementares e podem contribuir para o fortalecimento das ações. Entretanto, a ausência de mecanismos formais de coordenação, definição de responsabilidades e fluxos de trabalho compartilhados frequentemente resulta em iniciativas fragmentadas, sobreposição de esforços ou descontinuidade das atividades.

Sustentabilidade institucional e continuidade das ações

Garantir a continuidade das iniciativas em médio e longo prazos constitui outro desafio relevante. Mudanças de gestão, rotatividade de profissionais, limitações orçamentárias, ausência de instrumentos normativos e dependência excessiva de pessoas ou equipes específicas podem comprometer a sustentabilidade do programa. Nesse contexto, a institucionalização das ações por meio de normativas, instrumentos de planejamento, acordos de cooperação e processos permanentes de formação e monitoramento representa uma estratégia fundamental para reduzir vulnerabilidades institucionais e assegurar maior estabilidade ao PDCE.



Adequação às realidades territoriais e aos diferentes públicos

A diversidade de contextos entre os municípios brasileiros exige que as metodologias sejam suficientemente flexíveis para responder às diferenças relativas aos cenários de risco, às capacidades institucionais e às características das redes de ensino. Além das especificidades territoriais, também é necessário considerar as particularidades das diferentes etapas da educação básica. Linguagens, conteúdos e estratégias pedagógicas que funcionam para crianças podem não ser adequados para adolescentes, assim como materiais desenvolvidos para contextos urbanos podem demandar adaptações para escolas rurais, indígenas, quilombolas ou localizadas em áreas sujeitas a riscos específicos.

Desigualdades nas capacidades municipais

Por fim, as entrevistas evidenciaram que os municípios partem de condições muito distintas em termos de estrutura institucional, disponibilidade de recursos, capacidade técnica e experiência prévia na gestão de riscos e desastres. Essa heterogeneidade reforça a necessidade de abordagens graduais e flexíveis, que permitam aos municípios avançar em ritmos compatíveis com suas capacidades. A implementação do PDCE deve ser compreendida como um processo contínuo de fortalecimento institucional, no qual avanços progressivos e adaptados à realidade local são mais importantes do que a adoção imediata de todas as ações previstas.

ESCU TA E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Por que escutar crianças e adolescentes

A escuta e a participação de crianças e adolescentes são dimensões essenciais das diferentes experiências com o Programa Defesa Civil nas Escolas. Mais do que receber informações sobre prevenção, os estudantes devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos, capazes de observar o território onde vivem, identificar situações de risco, relatar impactos vividos e propor soluções para tornar a escola e a comunidade mais seguras.

Em situações de risco ou de desastre, crianças e adolescentes são diretamente afetados. A interrupção das aulas, a dificuldade de deslocamento, o calor extremo nas salas, os alagamentos, os deslizamentos, a fumaça de incêndios, os danos à infraestrutura escolar e os impactos emocionais fazem parte da realidade relatada por muitos estudantes. Por isso, suas percepções ajudam a revelar problemas que, muitas vezes, não aparecem nos diagnósticos técnicos ou nos planejamentos institucionais.

Escutar crianças e adolescentes também fortalece a cultura de prevenção. Quando participam das discussões sobre riscos, rotas de fuga, pontos de encontro, simulados, alertas e cuidados em emergências, eles se tornam multiplicadores de informação em suas famílias, escolas e comunidades. A participação estudantil contribui para que o Programa Defesa Civil nas Escolas seja mais conectado com a realidade local e mais efetivo na proteção da vida.

No entanto, essa escuta precisa ser qualificada. Nesse sentido, é fundamental que sejam criados espaços seguros, acessíveis e respeitosos, com linguagem adequada, liberdade de expressão, acolhimento e retorno sobre como suas contribuições serão consideradas. A participação deve ser voluntária, informada e protegida, evitando exposição, constrangimento ou criação de expectativas que não possam ser cumpridas.

Consulta com adolescentes para a construção deste guia

Para subsidiar a elaboração deste Guia de orientações, foi realizada uma consulta *on-line* com 21 adolescentes integrantes dos Núcleos de Cidadania de Adolescentes (NUCAs), formados por meninos e meninas de 12 a 18 anos em municípios participantes do Selo UNICEF. O objetivo da ação foi criar um espaço de escuta ativa para compreender como os adolescentes percebem os riscos de desastres em seus territórios, quais desafios enfrentam no ambiente escolar e qual papel esperam que a escola desempenhe na prevenção e preparação para situações de risco.

A consulta foi organizada em formato virtual, com divisão dos participantes em três grupos de trabalho. Cada grupo contou com mediadoras responsáveis por conduzir a conversa, organizar as falas e elaborar



uma relatoria com as principais contribuições. As discussões foram orientadas por perguntas previamente definidas, relacionadas às experiências vividas pelos adolescentes, à sensação de segurança na escola, ao aprendizado sobre emergências e às formas de participação juvenil na prevenção e preparação para desastres. As perguntas orientadoras utilizadas foram:

- ▶ “Você já passou por alguma situação de desastre, como enchente, seca, deslizamento ou calor extremo? Como isso afetou sua escola e seus estudos?”;
- ▶ “Você se sente seguro(a) na sua escola em caso de desastre? O que a escola deveria fazer para ajudar os alunos a se prepararem melhor para situações de riscos e de desastres?”
- ▶ “Você já aprendeu na escola o que fazer em uma situação de emergência? O que foi útil ou o que faltou?”
- ▶ “Como adolescentes podem ajudar na prevenção e na preparação a desastres na escola ou na comunidade?”

Ao final da consulta, as principais contribuições foram compartilhadas em um momento coletivo, permitindo que os adolescentes complementassem ideias e refletissem sobre sua participação na construção do guia. Também foi realizada uma breve avaliação da atividade, em que puderam expressar como se sentiram e destacar a importância de serem escutados em temas que afetam sua segurança, sua escola e sua comunidade.

O que a consulta com os adolescentes revelou

A consulta evidenciou que os adolescentes reconhecem os riscos presentes em seus territórios e compreendem seus impactos sobre a escola, os estudos, a saúde e o bem-estar. Foram relatadas situações envolvendo chuvas intensas, alagamentos, enchentes, deslizamentos, calor extremo, fumaça de incêndios, queda de teto, goteiras, mofo em salas de aula, falta de energia, dificuldade de transporte escolar e interrupção das aulas. Esses relatos mostram que os desastres não afetam apenas a infraestrutura, mas também o direito à educação, à segurança, à saúde física e à saúde emocional.



Um dos principais achados foi a percepção de insegurança no ambiente escolar. Muitos adolescentes afirmaram não se sentir seguros em caso de desastre, sobretudo pela falta de infraestrutura adequada, ausência de sinalização, inexistência de rotas de fuga, fragilidade das edificações, salas muito quentes, quadras descobertas, problemas de manutenção e falta de preparo da equipe escolar para lidar com emergências.

Também ficou evidente que a preparação para desastres ainda é insuficiente. A maioria dos adolescentes relatou nunca ter aprendido na escola o que fazer em uma situação de emergência. Quando esse aprendizado ocorreu, foi geralmente por meio de palestras pontuais, ações isoladas de primeiros socorros ou orientações superficiais. Os adolescentes defenderam a necessidade de formações práticas, simulações e cursos de primeiros socorros, com a participação da Defesa Civil, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de agentes de saúde e dos bombeiros. Além disso, apontaram a importância da inclusão de conteúdos sobre prevenção, autoproteção e convivência com riscos no currículo escolar.

Outro ponto relevante foi a identificação de impactos emocionais associados aos desastres. Os relatos mencionaram crises de pânico, traumas por perdas familiares, constrangimento durante situações de emergência, medo, insegurança e sensação de abandono quando a escola não sabe como agir. Isso reforça que o Programa Defesa Civil nas Escolas deve considerar não apenas a resposta operacional, mas também o acolhimento, o cuidado e a proteção integral de crianças e adolescentes.

A consulta também revelou que os adolescentes desejam participar ativamente das soluções. Eles sugeriram a criação de grupos estudantis, grêmios, Nepdec's, comitês de participação adolescente e grupos de alerta, bem como a realização de ações entre pares, de campanhas nas redes sociais, do mapeamento de áreas de risco, de rodas de conversa e de projetos de reciclagem. Mencionaram ainda o uso de tecnologia e a mobilização comunitária como estratégias importantes. O lema “nada para nós, sem nós” sintetiza a principal mensagem da consulta: adolescentes não querem ser apenas destinatários das ações, mas participantes do planejamento, da execução, do monitoramento e da avaliação das iniciativas de prevenção e preparação.

Como incorporar as contribuições no planejamento do PDCE

A escuta e a participação de crianças e adolescentes devem fazer parte do planejamento do Programa Defesa Civil nas Escolas desde as primeiras etapas de implementação. Essa participação não deve ocorrer apenas como uma atividade pontual, mas como um processo contínuo, capaz de contribuir para o diagnóstico dos riscos, a definição de prioridades, a realização das ações, o monitoramento dos resultados e a avaliação das melhorias necessárias.



No **Nível 1 – Como começar?**, a participação pode ser iniciada de forma simples e acessível, por meio de rodas de conversa, mapas falados, questionários, oficinas participativas e atividades em sala de aula. O importante é compreender como crianças e adolescentes percebem os riscos no cotidiano escolar, no caminho entre suas casas e a escola e nos espaços da comunidade. Essa escuta pode revelar situações como pontos de alagamento, salas muito quentes, falta de sombra, áreas inseguras, ausência de sinalização, dificuldades no transporte escolar, problemas de acessibilidade e locais que precisam de manutenção.



No **Nível 2 – Estruturação inicial**, as contribuições dos estudantes podem ajudar a orientar as primeiras ações do programa. A partir do que foi identificado na escuta, a escola e a Defesa Civil podem definir prioridades, como revisar rotas de fuga, escolher pontos de encontro, planejar simulados, melhorar a comunicação de alertas, produzir materiais educativos e adaptar atividades para diferentes faixas etárias. Essa etapa também permite testar, na prática, quais formas de participação funcionam melhor em cada escola.



No **Nível 3 – Consolidação do PDCE**, a participação estudantil pode ser fortalecida por meio de mecanismos mais permanentes, envolvendo grêmios, lideranças de turma, brigadas escolares, NEPDECs ou grupos de estudantes multiplicadores. Crianças e adolescentes podem participar de campanhas educativas, simulados, ações de comunicação com as famílias, produção de materiais acessíveis, identificação de riscos e mobilização da comunidade escolar. Dessa forma, a participação deixa de ser apenas consultiva e passa a contribuir diretamente para a cultura de prevenção, autoproteção e cuidado coletivo.



No **Nível 4 – Institucionalização e sustentabilidade**, a escuta e a participação de crianças e adolescentes devem estar previstas nos instrumentos de gestão do PDCE, como planos de trabalho, planos de contingência escolares, calendários de atividades, protocolos de simulados e processos de avaliação. Também é importante que os estudantes participem do monitoramento do programa, avaliando se as rotas de fuga são conhecidas, se os alertas são compreensíveis, se os simulados funcionam, se a escola está preparada para acolhê-los em situações de emergência e se as ações adotadas aumentam a sensação de segurança.

Em todos os níveis, a participação precisa vir acompanhada de retorno. Sempre que a escola ou a Defesa Civil realizar uma escuta, é fundamental explicar o que foi feito com as informações coletadas, quais sugestões foram incorporadas, quais dependem de outras providências e quais não poderão ser executadas naquele momento. Esse retorno fortalece a confiança, evita frustrações e demonstra que crianças e adolescentes foram ouvidos de forma séria, respeitosa e concreta no planejamento do Programa Defesa Civil nas Escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O **Guia de orientações para o Programa Defesa Civil nas Escolas** reafirma que a educação deve ser tratada como eixo estratégico da prevenção, da adaptação climática e da construção de escolas mais resilientes. Diante da intensificação dos eventos extremos e dos impactos cada vez mais frequentes dos desastres sobre o direito à educação, à segurança, à saúde e ao bem-estar de crianças e adolescentes, torna-se fundamental reconhecer o potencial da escola para fortalecer conhecimentos, atitudes e práticas de autoproteção, cuidado coletivo e redução de riscos.

Mais do que transmitir conteúdos teóricos, a Educação em Redução de Riscos de Desastres precisa entrar no cotidiano escolar de forma prática, territorializada e interdisciplinar. Isso significa trabalhar os riscos a partir da realidade vivida pelos estudantes, das características do território, da memória da comunidade e dos desafios concretos enfrentados pela escola. Atividades como mapeamento participativo de riscos, leitura do entorno escolar, simulados, planos de contingência, campanhas educativas, uso de jogos, oficinas, projetos de ciência cidadã e ações comunitárias ajudam a transformar conhecimento em prática e aproximam a prevenção da vida cotidiana.

As experiências apresentadas ao longo deste guia demonstram que não existe um modelo único de Programa Defesa Civil nas Escolas. Estados e municípios podem iniciar suas ações de diferentes formas, conforme sua realidade institucional, seus cenários de riscos, sua rede de ensino e suas capacidades técnicas e operacionais. Atividades de sensibilização, integração curricular, planos de contingência escolares, simulados, avaliações de risco, brigadas escolares, Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil e ações de participação comunitária são caminhos possíveis e complementares. O mais importante é que as iniciativas sejam planejadas, contínuas, participativas e conectadas ao cotidiano escolar.

A formação de professores constitui um dos maiores desafios para a consolidação dessa agenda, tanto na formação inicial quanto na formação continuada. Para que a redução de riscos de desastres seja incorporada de forma qualificada ao processo educativo, os profissionais da Educação precisam de apoio técnico, materiais adequados, tempo de planejamento, metodologias participativas e oportunidades permanentes de aprendizagem. Os professores são multiplicadores fundamentais da cultura de prevenção, mas não podem ser responsabilizados sozinhos por essa tarefa. É necessário investir em processos formativos que dialoguem com o currículo, com as práticas pedagógicas e com os riscos presentes nos territórios onde as escolas estão inseridas.

A implementação do PDCE deve ser compreendida como um processo gradual. Mesmo municípios com capacidades iniciais podem começar por ações simples, como rodas de conversa, oficinas, campanhas educativas e articulação entre a Defesa Civil e a Secretaria de Educação. Com o tempo, essas ações podem evoluir para projetos-piloto, formações continuadas, expansão para outras escolas, elaboração de planos de contingência escolares e institucionalização do programa como política pública permanente. Começar pelo que é possível, com planejamento e compromisso, é um passo fundamental para avançar.

Outro aprendizado central é que a escola não pode assumir essa agenda sozinha. A construção de escolas seguras e resilientes exige articulação entre secretarias de Educação, órgãos de Proteção e Defesa Civil, universidades, institutos de pesquisa, comunidades, famílias, estudantes, organizações da sociedade civil e demais políticas públicas, como Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente, Planejamento Urbano e Direitos Humanos. Essa integração permite ampliar capacidades, qualificar diagnósticos, fortalecer a comunicação de riscos, aprimorar respostas e garantir que as ações estejam alinhadas às necessidades reais de cada território.

A participação dos estudantes também é fundamental. Crianças, adolescentes e jovens devem ser reconhecidos como protagonistas, capazes de compreender riscos, observar o território, relatar problemas, propor soluções e multiplicar conhecimentos em suas famílias e comunidades. Incorporar suas contribuições no planejamento, na execução, no monitoramento e na avaliação das ações torna o PDCE mais efetivo, mais democrático e mais conectado com a realidade de quem vive diariamente os impactos dos desastres. A escuta qualificada fortalece o sentimento de pertencimento, a cidadania e a corresponsabilidade pela proteção da vida.

Por fim, a prevenção exige conhecimento do risco, boa comunicação, planejamento e políticas públicas permanentes. Não se trata apenas de agir quando o desastre acontece, mas de construir, antes da emergência, as condições para reduzir vulnerabilidades, proteger vidas e garantir a continuidade da aprendizagem. Fortalecer a Defesa Civil nas Escolas é investir no direito à educação, na adaptação climática, na proteção integral de crianças e adolescentes e na capacidade dos territórios de se prepararem melhor para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

REFERÊNCIAS

- ALIANÇA GLOBAL PARA REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES E RESILIÊNCIA NO SETOR DA EDUCAÇÃO (GADRRRES). *Estrutura de Segurança Escolar Abrangente 2022-2030 para os Direitos das Crianças e a Resiliência no Sector de Educação*. [S.l.]: GADRRRES, 2023. Disponível em: https://gadrrres.net/files/cssf_2022-2030_prt.pdf. Acesso em: 11 mar. 2026.
- ALIANÇA GLOBAL PARA REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES E RESILIÊNCIA NO SETOR DA EDUCAÇÃO (GADRRRES). *Comprehensive School Safety Framework 2022-2030 for Child Rights and Resilience in the Education Sector*. [S.l.]: GADRRRES, 2022. Disponível em: https://gadrrres.net/files/cssf_2022-2030_en.pdf. Acesso em: 07 ago. 2026.
- BRASIL. *Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 abr. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 28 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. *Como se organiza a Proteção e Defesa Civil no Brasil*. Brasília, 22 jun. 2021a. Atualizado em: 20 jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/defesa-civil/como-se-organiza>. Acesso em: 07 ago. 2026.
- BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. *Indicador de Capacidade Municipal (ICM)*. Brasília, 29 abr. 2024. Atualizado em: 22 maio 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm>. Acesso em: 07 ago. 2026.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. *A proteção e defesa civil e os 30 anos de desastres no Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/A_p_amp_dc_e_os_30_anos_de_desastres_no_Brasil_20221_compressed.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. *GIRD+10: caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres*. Coordenação: Samia Nascimento Sulaiman. 1. ed. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional; Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/Caderno_GIRD10_.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Guia de orientação para salvaguarda dos direitos humanos de públicos prioritários em contextos de desastres e emergências climáticas*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025. 120 p. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/novembro/brasil-atualiza-protocolo-nacional-para-protecao-integral-de-criancas-e-adolescentes-em-situacoes-de-desastres/cartilha_dh_cop_30_digital.pdf. Acesso em: 07 ago. 2026.
- CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN). *Educação em clima de riscos de desastres*. Coordenação: Rachel Trajber. Reimpr. rev. São José dos Campos, SP: Cemaden, 2024. 96 p. Disponível em: https://educacao.cemaden.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/Livro-cemaden_web-versao_editada.pdf. Acesso em: 28 fev. 2026.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Children's Climate Risk Report*: UNICEF, 2026. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/childrens-climate-risk-report-2026>. Acesso em: 28 jul. 2026
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil: relatório 2022*. Brasília, DF: UNICEF, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/21346/file/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-brasil-2022.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2026.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Global snapshot of climate-related school disruptions 2024*. New York: UNICEF, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/170626/file/Global-snapshot-climate-related-school-disruptions-2024.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2026.
- MARCHEZINI, Victor; MUÑOZ, Viviana Aguilar; TRAJBER, Rachel. Vulnerabilidade escolar frente a desastres no Brasil. *Territorium*, v. 25, n. 2, p. 135-154, 2022. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/territorium/article/view/1647-7723_25-2_13. Acesso em: 28 fev. 2026

GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA O PROGRAMA DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS

Realização:



Apoio:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

